

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
CURSO DE DIREITO

ARTHUR REGIS ELIAS DA SILVA

**A RECUPERAÇÃO JUDICIAL E A NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS: Uma
análise da aplicabilidade dos princípios positivados na Lei no 11.101/2005**

CRICIÚMA, SANTA CATARINA
2019

ARTHUR REGIS ELIAS DA SILVA

**A RECUPERAÇÃO JUDICIAL E A NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS: Uma
análise da aplicabilidade dos princípios positivados na Lei no 11.101/2005**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado para obtenção do grau de
Bacharel, no Curso de Direito da
Universidade do Extremo Sul Catarinense,
UNESC.

Orientador: Prof. Me. Michel Alisson da
Silva

CRICIÚMA, SANTA CATARINA

2019

ARTHUR REGIS ELIAS DA SILVA

**A RECUPERAÇÃO JUDICIAL E A NEGATIVA DE DÉBITOS
TRIBUTÁRIOS: Uma análise da aplicabilidade dos princípios positivados na
Lei no 11.101/2005**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado
pela Banca Examinadora para obtenção
do Grau de Bacharel, no curso de Direito
da Universidade do Extremo Sul
Catarinense, UNESC

Criciúma, 12 de julho 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Michel Alisson da Silva
Orientador

Prof. Dr. Maurício Filó
Avaliador

Prof. Elisabeth Konder Reis
Avaliador

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento a esta universidade, todo seu corpo docente, coordenador João Carlos de Medeiros pela transparência e pelo esforço do crescimento do curso de Direito, em especial a banca examinadora e a professora Adriane Bandeira Rodrigues pelo auxílio inicial para tecer as primeiras linhas do projeto que fomenta este trabalho.

Ao meu orientador Michel Alisson da Silva, por todo apoio no decorrer do processo e incentivo ao meu projeto.

A minha família em especial minha noiva pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

Aos meus colegas que contribuíram de alguma forma para minha formação, o meu muito obrigado.

Aqui no entanto nós não olhamos para trás por muito tempo, Nós continuamos seguindo em frente, abrindo novas portas e fazendo coisas novas, Porque somos curiosos...e a curiosidade continua nos conduzindo por novos caminhos. Siga em frente.

Walt Disney

RESUMO

O presente trabalho objetiva estudar o instituto da Recuperação Judicial e de sua predecessora, a concordata, afim de compreender seus princípios, requisitos e trâmites processuais, além de erros e acertos legislativos em face à uma análise socioeconômica da atividade empresarial e seu papel na sociedade, para posterior compreensão das disposições tributárias concernentes a Recuperação Judicial. Neste viés, abordou-se a Certidão Negativa de Débitos Tributários como um requisito da recuperação judicial, seu cabimento, sua (in)compatibilidade para com os fundamentos que norteiam a Recuperação judicial, bem como os “novos” rumos judiciais e legislativos, onde foram utilizados 03 casos práticos julgados no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, além da exposição e análise do Projeto de Lei Complementar nº 477/2018 em trâmite na Câmara dos Deputados. A metodologia utilizada foi a monográfica e a dedutiva, com pesquisa teórica e qualitativa, baseada em material bibliográfico, jurisprudencial e documental, no âmbito nacional e internacional.

Palavras-chave: Direito; Direito Empresarial; Direito Tributário; Recuperação Judicial; Débitos Tributários.

ABSTRACT

The present paper aims to analyze the “Judicial Recovery” Institute and its predecessors, the “concordata”, in order to understand its principles, requirements and procedures, as well as errors and legislative changes in the face of a socio-economic analysis of business activity and its role in society, for later understanding of the tax tools of a judicial recovery. This visit the Negative Certificate of Tax Debt as a request for judicial recovery, its appropriateness, its (in)compatibility with the resources that receive a judicial recovery, as well as the "new" judicial and legislative directions, to the which were utilized the analysis of three cases decided on the “Superior Tribunal de Justiça” – Superior Cort of Justice, besides the “Projeto de lei Complementar” – Complementar Law Project nº 477/2018 pending in the “Câmara dos Deputados”. The methodology used was a magazine and a deductive publication, with theoretical and qualitative research, based on bibliographical, jurisprudential and documentary material, in the national (Brazilian) and international scope.

Keywords: Brazilian Law; Business Law; Tax law; Judicial recovery; Tax Debt.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art. – Artigo de uma norma;

AGC – Assembléia Geral de Credores;

Caput – Parte Principal do Artigo;

CPC - Código de Processo Civil;

CTN - Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1996);

CF/88 - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

INSS – Instituto Nacional do Seguro Nacional;

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal;

PERT - Programa Especial de Regularização Tributária;

REFIS – Programa de Recuperação Fiscal - ou - Recuperação Fiscal;

STJ - Superior Tribunal de Justiça;

STF - Supremo Tribunal Federal.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. A RECUPERAÇÃO JUDICIAL NA LEI Nº 11.101/2005	12
2.1. A (IN)EFICIÊNCIA DA CONCORDATA E SEU LEGADO NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	13
2.1.1. AS ALTERAÇÕES SOBRE O CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	15
2.2. PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	17
2.3. REQUISITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL NA LEI Nº 11.101/2005	22
2.3.1. ATIVIDADE REGULAR	23
2.3.2. NÃO REIVINDICAÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	24
2.3.3. DO ADMINISTRADOR DA RECUPERADA	25
2.3.4. DO RECEBIMENTO DO MAGISTRADO	25
2.3.5. PLANO JUDICIAL E SUA PROPOSTA	25
2.3.6. DOS CREDORES	26
2.3.7. RECUPERAÇÃO ESPECIAL	27
3. A REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DAS EMPRESAS	29
3.1 OS PRINCÍPIOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO	32
3.2 OS TRIBUTOS ENQUANTO CRÉDITO	34
3.3 MODALIDADES DE REGULATIZAÇÃO TRIBUTÁRIA	37
4. A RECUPERAÇÃO JUDICIAL E A EXIGÊNCIA TRIBUTÁRIA	42
4.1 A RECUPERAÇÃO JUDICIAL FRENTE OS DÉBITOS TRIBUTÁRIOS	42
4.2 O DILEMA DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E DO DÉBITO TRIBUTÁRIO SOB A ÓTICA DA DOCTRINA	47
4.3 CASOS EMBLEMÁTICOS E PARADIGMÁTICOS DO CONFLITO NA JURISPRUDÊNCIA	50
4.3.1 ANÁLISE DE CASO 01	51
4.3.2 ANÁLISE DE CASO 02	53
4.3.3 ANÁLISE DE CASO 03	55
4.3.4 ANÁLISE DE CASO 04	56
4.4 OS NOVOS RUMOS LEGISLATIVOS	57
5. CONCLUSÃO	59
6. REFERÊNCIAS	61

1. INTRODUÇÃO:

Uma das maiores dificuldades em que os empresários no Brasil sofrem, seja ele de pequeno ou grande porte, além dos tradicionais estudos de mercado, concorrência acirrada, altas taxas de impostos, é a saúde financeira da empresa. Ainda que com bons planejamentos traçados e com os cuidados específicos para o bem-estar do funcionamento de uma empresa, as crises internas e externas da pessoa jurídica podem afetá-la financeiramente, deixando de cumprir suas obrigações de pagar. Acreditando na recuperação financeira da empresa e para a quitação de seus débitos aos credores, o nosso ordenamento jurídico regeu a ação para Recuperação Judicial. Respeitando os princípios e fundamentos fundados na Constituição Federal de 1988, no Código de Processo Civil e principalmente na Lei nº 11.101/2005, assim como seus requisitos, salienta-se que o processo de Recuperação Judicial tem o intuito de manter sua função social na sociedade, como consequência a garantia de recebimento por parte de seus credores, além da preservação dos direitos trabalhistas de seus colaboradores.

Dentro desta necessidade quase que sempre urgente em receber os valores inadimplidos, os credores buscam este pagamento por meio de cobrança extrajudicial e judicial. Em contrapartida, os devedores podem buscar a melhor alternativa para reorganização financeira da empresa através da Recuperação Judicial. Entendendo o processo da Recuperação, busca-se entender os seus requisitos dentro deles a Certidão Negativa de Débitos Tributários, como este afeta a todo o processo e principalmente a reestruturação da recuperada, o que entende os Tribunais e suas controvérsias.

Para tanto, este estudo assume a importância de acordar o tema principalmente econômico que envolve a inadimplência e a recuperação financeira de uma empresa, buscando sempre uma alternativa com maior eficiência de modo a alcançar o objetivo da Recuperação Judicial.

Assim, no primeiro capítulo deste trabalho, explicar-se-á da origem da recuperação judicial, sua relação com o conceito de função social da empresa, bem como os requisitos e fundamentos do referido instituto.

Na sequência, verificar-se-á brevemente os tributos exigidos das empresas, em especial aqueles que são requisitos para a recuperação judicial, assim como suas respectivas certidões. Como consequência dessas exigências, também

tratar-se-á com relação ao inadimplemento dessas obrigações, assim como as opções disponíveis ao empresário para alcançar a regularidade, com foco nos pagamentos dos tributos e como isto afeta na proposta da empresa em seus custos para que o processo seja o mais eficiente possível. As consequências do presente assunto e as soluções sucintas ao assunto.

Por fim, no último capítulo, analisar-se-á o entendimento jurisprudencial e doutrinário a respeito da incompatibilidade entre os requisitos exigidos na recuperação judicial e as demais exigências legais, principalmente no que tange os défices tributários.

O método de pesquisa será o dedutivo, utilizará por pesquisa teórica com bases doutrinárias, e com recursos em livros, artigos, e jurisprudências e teses do Superior Tribunal de Justiça entre os anos de 2013 e 2019, com a finalidade de entender como funciona a Recuperação Judicial e as interferências que os óbices tributários tem sobre o plano de recuperação judicial.

2. A RECUPERAÇÃO JUDICIAL NA LEI Nº 11.101/2005

O principal objetivo da recuperação judicial é estabilizar as finanças de uma empresa que esteja passando por dificuldades de cumprir suas obrigações de pagar. Além do desejo de determinada pessoa jurídica, deve-se destacar a importância que essa gera e como a Recuperação Judicial reflete perante a sociedade. A atividade de manter o funcionamento de uma empresa não se trata apenas de contemplar o empresário, mas também reconhecer que essa entidade tem outros aspectos que são relevantes sobre sua existência. Como consequência dessa medida tem-se a manutenção de empregos, quitação dos débitos com os credores, permitindo a continuidade de uma empresa geradora de riquezas e fomentadora da economia.

Recuperação Judicial é um instituto jurídico, fundado na ética da solidariedade, que visa sanear o estado de crise econômico-financeira do empresário e da sociedade empresária com a finalidade de preservar os negócios sociais e estimular a atividade empresarial, garantir a continuidade do emprego e fomentar o trabalho humano, assegurar a satisfação, ainda que parcial e em diferentes condições, dos direitos e interesses dos credores e impulsionar a economia creditícia (LOBO, 2006, p. 104-105).

Quanto a função social da sociedade empresarial, Cavallazi Filho (2006, p. 112) entende que o empresário enquanto possuidor de poder de uma empresa não confundirá sua função social com seu usufruto próprio, a criação de riquezas deve ser condizente com o interesse social. O empresário tem que utilizar seu poder, da mesma forma que deve harmonizar com o seu dever, explorando a produção de bens e riquezas, cumprindo com os interesses impostos pelo bem estar e interesse da sociedade. Para tanto, o mesmo não pode apenas ir em busca de seus interesses próprios único e exclusivamente, deve-se portanto conciliar com sua função social enquanto empresário.

Ainda quanto a função social da empresa, concomitantemente com sua importância para o impulsionamento da economia e seu papel nas diversas manifestações sociais, expõe Perin Júnior (2009, p. 19) que:

Institucionalmente, a empresa moderna é uma representação legal do interesse privado, cuja legitimidade está dada pela aceitação do lucro como forma de apropriação de riqueza. [...] Operacionalmente, a empresa é um centro de decisões financeiras, técnicas e administrativas, mediante as quais gera determinada massa de capital, que procura reproduzir e ampliar. [...] Contudo, essas representações da institucionalidade e operacionalidade da

empresa não podem prevalecer diante da representação de sua dimensão social. A empresa deve ser vista, a um só tempo, como uma conjunção de fatores econômicos e sociais, de forma a preservar não só interesses privados como também sociais, de todos aqueles que de alguma forma interferem ou sofrem os efeitos em relação à sua existência.

Neste sentido, quanto a função social da empresa que precisa ingressar com Recuperação Judicial, entende Rachel Sztajn (2006, p. 221):

A função social da empresa presente na redação do artigo, indica, ainda, visão atual referente à organização empresarial, cuja existência está estribada na atuação responsável no domínio econômico, não para cumprir as obrigações típicas do Estado nem substituí-lo, mas sim no sentido de que, socialmente, sua existência deve ser balizada pela criação de postos de trabalho, respeito ao meio ambiente e à coletividade e, nesse sentido é que se busca preservá-la.

Buscando entender o grau de importância econômica e social da Recuperação Social das sociedades empresariais, o ordenamento da Lei 11.101/2005 substituiu o Decreto de Lei 7.661/45, trazendo novos requisitos e fundamentos com o intuito de suprir as necessidades da antiga legislação, trazendo a Pessoa Jurídica uma oportunidade de se recuperar, não sendo diretamente solvido da falência.

2.1 A (In)eficiência da Concordata e seu Legado na Recuperação Judicial

Antes da atual legislação da Lei 11.101/05, vigorava o Decreto de Lei 7.661/45. Neste, enquanto ordenamento, tratava-se da Lei de Falências, a extinção da pessoa jurídica que por estar inadimplente e não conseguir manter-se com a obrigação de pagar, era extinta.

Em sua principal mudança para a Lei 11.101/05, a nova Lei traz a representação da empresa e seu papel no contexto social, passou a se julgar necessário a diferenciar o processo de Falência para Recuperação Judicial, recuperação esta que não continha na Lei de Falências de 1945. Com o advento da Lei 11.101/05 e com a intenção de manter a manutenção de uma empresa enquanto fonte produtora, afim de manter os direitos trabalhistas e para que a empresa possa voltar a cumprir com suas funções obrigacionais, fica-se comprovado a importância social dessa nova legislação.

Como consequência, a promulgação da nova legislação passou a diminuir a demanda jurídica no que tange a falência, com fulcro no Art. 94, em seu inciso I,

para que a empresa se enquadrar no processo falimentar, é necessário que esteja inadimplidos 40 (quarenta) salários mínimos, logo, nos valores inferiores, a Lei 11.101/05, explana das possibilidade de recuperação financeira, cabendo a empresa devedora procurar outros mecanismos jurídicos para voltar a se estabilizar financeiramente.

Esta transição e diminuição de número processos de falências foi importante por dois aspectos, o primeiro para que começasse a ser diferenciado o que é realmente processo falimentar e o que era mera cobrança de dívidas e por último e não menos importante, para que as empresas devedoras, voltassem a cumprir com suas funções sociais.

Quanto a isso, Mamede (2012, p. 212) traz que a Lei 11.101/05 veio com o intuito de preservar a empresa devedora, ainda que em processo de falência, entende o doutrinador que quem faliu foi o empresário ou a sociedade empresaria, não devendo assim se confundir com a empresa. Ou seja, com uma possível transferência do ativo de uma empresa, esta negociação não irá tirar o passivo do empresário ou da sociedade empresarial no dever de pagar. Mamede entende que a nova Lei passou a garantir os credores uma maior chance de recebimento, uma vez que com o processo de Recuperação Judicial é possível que a empresa possa se restabelecer financeiramente, além disso, o ordenamento jurídico passou a limitar as responsabilidades dos administradores da empresa, oportunizando as chances do adimplemento da obrigação assim como garantindo o limite de responsabilidade das partes.

Leciona Coelho (2014, p. 42) o processo de concordata possuía diversas falhas, uma dessas era o abuso por parte dos empresários em ingressar com ação, uma vez que preenchido os requisitos prepostos em lei, era de direito a liberação do ingresso. Neste caso, ignorava-se a viabilidade de reestruturação da empresa, não se considerava se a empresa apresentaria alguma mudança estrutural, corte de gastos, novos investimentos que comprovassem tal mudança. Requisitos estes extremamente necessários para a atual legislação em vigor, a Lei 11.101/05, que conforme Coelho (2014, p. 43), é preciso a comprovação através do Plano de Recuperação que a empresa tem condições de voltar a ter uma saúde financeira estável, logo, meros requisitos para ingresso da ação não são suficientes, é preciso comprovar ao sistema judiciário e principalmente aos credores, que existe a possibilidade do adimplemento das obrigações.

Coelho (2014, p. 42), também cita que a concordata de 1945 beneficiava primeiramente no processo aos credores quirografários, cabendo a escolha por parte da empresa devedora, diferentemente da atual legislação que todos os credores estão sujeitos ao processo, estando dentro do plano de recuperação assim como deve ser aprovado pelos credores em Assembleia.

O doutrinador também constata como principal deficiência do Decreto de Lei de 1945, a não valorização de recebimento dos créditos por parte dos credores, um exemplo bastante citado é o não adiantamento dos bens perecíveis. Diferentemente da atual legislação, não era passível a venda dos bens do falido até que tivessem sido concluído todo o processo de verificação de todos os créditos, porém neste meio tempo, os bens perecíveis passam a ser desvalorizados prejudicando assim o crédito.

Já na Lei 11.101/05, abriu-se a possibilidade de uso de adiantamento destes bens citados, por meio de alienação, podendo ser dividido em quatro momentos.

- 1) No primeiro momento, existe a alienação do estabelecimento em bloco ou seja de todas as unidades da mesma vendidos de uma só vez.
- 2) No segundo momento, a alienação posterior as suas unidades tratado de forma individual, podendo ser feito de cada unidade de forma separada.
- 3) No terceiro momento, a alienação em bloco todos os bens que compõe o estabelecimento empresarial.
- 4) No quarto momento, a alienação de forma individual parcelada dos bens que compõe o estabelecimento empresarial.

As modalidades de alienação caberá ao magistrado que escolherá a melhor opção, levando em consideração os interesse dos credores na Assembleia.

2.1.1 As alterações sobre o Crédito Tributário

O Crédito Tributário é um dos requisitos provenientes da legislação atual, a Lei 11.101/05, porém como requisito ela era fundada no Decreto da Lei 7.661/45, neste enquanto concordata, era dividido em dois atos.

1) No primeiro ato: Conforme Coelho (2014, p. 50), a empresa para que pudesse ajuizar o pedido da concordata deveria atestar que não possui qualquer ação de crédito fiscal. Uma empresa estando em dificuldades de cumprir com a obrigação

de pagar aos credores, também teria uma dificuldade de adimplir seus encargos tributários, sujeitos portanto a execuções fiscais. Pelo fato de ser requisito ao processo de Concordata, existindo uma ação fiscal, a empresa interessada deveria comprovar que a Fazenda Pública teria aceito penhora existente, para que só assim pudesse ser concedido o processo de Concordata (art. 3º. do DL 858/69). 2) No segundo ato: Também como requisito para o ingresso da concordata, os créditos tributários também deveriam ter sua comprovação de liquidez no que tange a atividade econômica da empresa, dificultando que a empresa ainda que com boas estratégias para se reerguer conseguisse ao menos ter o pedido aprovado para concordata (Art. 174 do Decreto de Lei 7.661/45).

A Lei 11.101 ao vigorar em 2005 retirou este primeiro ato, não tendo como empecilhos as execuções fiscais, facilitando com que as empresas que queiram ingressar com a Recuperação Judicial ainda que com ação ajuizada.

Porém o segundo ato permaneceu ainda com a nova legislação, através da seção do procedimento de Recuperação Judicial, da redação do Art. 57 da Lei 11.101/05. Exige-se até hoje a comprovação de todas as certidões negativas de débitos tributários. Conforme Coelho (2014, p. 53), isto não eximiu a dificuldade da empresa que deseja ser recuperada, em conseguir ingressar com o processo. Uma vez que este serve como requisito, nem ao menos é passível apresentação de um plano de recuperação judicial aos credores, a apresentação de quitação desde o Decreto de 1945 quanto a Lei de 2005 são contraditórias quanto a sua principal intenção que é a empresa mantenha sua função social.

Art. 57. Após a juntada aos autos do plano aprovado pela assembleia geral e credores ou decorrido o prazo previsto no art. 55 desta Lei sem objeção dos credores, **o devedor apresentará certidões negativas de débitos tributários** nos termos dos arts. 151, 205, 206 da Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.

Por esta função social entre outros fatores já citados, critica-se a ineficiência da concordata enquanto a sua própria intenção em prol dos interesses sociais. Quanto a isso podemos citar Rubens Approbato Machado (2005, p. 22):

Raramente uma empresa em concordata conseguia sobreviver, e mais raramente ainda, uma empresa falida era capaz de desenvolver a continuidade de seus negócios.

Conforme Araújo (2010, s/p), em seus testes que buscam o indicador de quão satisfatório foi o declínio do Decreto de 1945, quanto os benefícios trazidos pela Lei 11.101/05. Cita-se dentre eles:

- 1) A diferenciação do que é processo falimentar e o que é passível de Recuperação Judicial;
- 2) Limite de 40 (quarenta) salários mínimos para se justificar falência, o que diferentemente era feito do processo de 1945, no qual os credores buscavam o processo falimentar como ameaça para o devedor.
- 3) Passou-se a diferenciar com a nova legislação sobre a falência de forma diferente entre as micro empresas para as de maior porte.
- 4) Preservação trabalhista dentro de uma empresa em crise de 40 a 60% com o advento da nova legislação.

Entende-se entanto que a Lei 11.101/05 trouxe inúmeros avanços, comprovando que o Decreto de Lei de 1945 já não estava cumprindo com a sua função devendo realmente ser refeito para os novos moldes comerciais, julgando melhorar as funções sociais das empresas.

2.2 Princípios e Fundamentos da Recuperação Judicial

Recentemente, varios países europeus e americanos passaram por atualizações nas legislações do processo falimentar e do processo de Recuperação Judicial. O Banco Mundial buscou que todos os países utilizassem os mesmos princípios fundamentais e fizessem com que estes enquanto protetores da função social das empresas e em prol dos interesses da sociedade e de credores. Com a proteção das sociedades empresárias e dos créditos, fomenta a manutenção econômica e cresce a circulação de riquezas, neste sentido:

Em 1999, foi lançada a iniciativa do Banco Mundial para desenvolver princípios de benchmarking para os principais sistemas de direito comercial, levando ao desenvolvimento dos princípios. Os Princípios são concebidos como uma ferramenta de avaliação de amplo espectro para ajudar os países em seus esforços para avaliar e melhorar os principais aspectos de seus sistemas de direito comercial que são fundamentais para um clima e comércio de investimento sólidos, incluindo acesso ao crédito e mecanismos de proteção, gerenciamento de riscos e reestruturação. práticas e procedimentos, procedimentos formais de insolvência comercial e estruturas

institucionais e regulamentares relacionadas (WORLD BANK, 2016, s/p) (Tradução Livre¹).

Moreira (2015, p. 180-181), entende que esses reflexos se importam no processo de Recuperação Judicial, uma vez que um dos parâmetros para que se pudesse preservar os créditos é que a empresa em prol dos interesses sociais sofrerá abuso quando ultrapassado pelos limites impostos pelo Estado, ainda que com dificuldades na manutenção da sociedade empresária enquanto circulador de riquezas.

Uma destas formas pra manutenção da função social, entendendo a importância do processo de Recuperação Judicial nas sociedades empresárias, o Banco Mundial elencou variados princípios em 2001 no manual *Principles And Guidelines For Effective Insolvency and Creditor Right Systems*, para que os países pudessem ter como base de suas legislações nos âmbitos falimentares e de recuperação, dentre eles pode-se destaca-se as tangentes de plano de recuperação (WORLD BANK, 2016, s/p). O primeiro passo, intitulado de “Formulação, Consideração e Votação” apresenta que:

[...] o Banco Mundial orienta que as legislações que regulam o processo de Recuperação Judicial devem preservar os abusos no plano de recuperação judicial, devem limitar os votos de credores próximos do ente devedor. Tendo o poder de direito de voto conforme o valor do crédito inadimplidos e que para que seja concedido da aprovação do plano de recuperação judicial, é necessário quorum qualificado, ou seja primeiro numero inteiro superior a metade (WORLD BANK, 2016, s/p) (Tradução Livre²).

A segunda parte consiste na “Aprovação do Plano” e sendo aprovado o plano, ainda que com uma minoria contrária a decisão, deve-se permanecer a aprovação pelo quorum qualificado, no caso de rejeição da aprovação do plano de

¹ Tradução livre do parágrafo em inglês americano: “In 1999, the World Bank’s initiative to develop benchmarking principles for core commercial law systems was launched, leading to the development of the principles. The Principles are designed as a broad-spectrum assessment tool to assist countries in their effort to evaluate and improve core aspects of their commercial law systems that are fundamental to a sound investment climate and commerce, including credit access and protection mechanisms, risk management and restructuring practices and procedures, formal commercial insolvency procedures, and related institutional and regulatory frameworks” (WORLD BANK, 2016, s/p).

² Tradução livre do parágrafo em inglês americano: “The law not prescribe the nature of a plan except in terms os fundamental requirements and to prevent commercial abuse. The law may provide for classes of creditors for voting purposes. Voting rights should be determined by amount of debt. An appropriate majority of creditors should be required to approve a plan. Special provision should be made to limit the voting rights of insiders. The effect of a majority vote should be bind all creditors” (WORLD BANK, 2016, s/p).

recuperação, a empresa deve ser decretada no processo de falência (WORLD BANK, 2016, s/p).

Neste mesmo viés trabalhar-se-á a “Implementação e Emenda”, pois uma vez que aprovado o plano, a empresa recuperada deve implementar os traçados do plano de recuperação, devendo apresentar a Assembleia os relatórios comprovando as atitudes da empresas conforme traçado em plano. O Banco Mundial também indicou que toda e qualquer modificação do plano deve ser feito pelos credores através de votação. Também instiga que no caso de descumprimento da legislação vigente ou até quebra de plano, deve-se converter a empresa recuperada ao processo de falência (WORLD BANK, 2016, s/p).

Desde 1945, o Brasil tinha como ordenamento jurídico a Lei de Falência e Concordata com o Decreto de Lei 7.661, no que tangia ao respeito do processo de extinção da pessoa jurídica que estivesse com problemas financeiros, como consequência não conseguiria o cumprimento de suas obrigações ante os credores. Em 2005, entrou em vigor a Lei de Falência e Recuperação (Lei 11.101/2005), fomentado pelo manual transcrito pelo Banco Mundial, regulando as etapas da recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, buscando saciar as necessidades que a Concordata não conseguia mais cumprir.

Com fulcro no art. 47 da Lei 11.101/2005, a promulgação da nova lei, se busca recuperar as empresas, entendendo que com a saúde financeira desta é de interesse social. Isso significa que uma empresa que gera lucro, faz girar economia indireta e diretamente, com empregos e compra e venda tem função social importante. Estabelecido portanto na redação do artigo 47 da Lei 11.101/2015:

Art. 47 - A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica. (BRASIL. 2005)

Nos moldes do art. 47 da Lei 11.101/2005, Coelho (2008, p. 13), desta que os princípios norteados da conservação da sociedade empresarial não se podem confundir com interesses dos sócios da mesma:

[...] no princípio da preservação da empresa, construído pelo moderno Direito Comercial, o valor básico prestigiado é o da conservação da atividade (e não

do empresário, do estabelecimento ou de uma sociedade), em virtude da imensa gama de interesses que transcendem os dos donos do negócio e gravitam em torno da continuidade deste [...] (COELHO, 2008, p. 13).

Ainda neste sentido, a Constituição Federal de 1988 traz no artigo 170 a valorização do trabalhador, da livre iniciativa, e as garantias para que a empresa atinja seu objetivo social já citado anteriormente. Sobre a livre iniciativa entende José Cretella Júnior (2001, p. 52) que a mesma “[...] é um dos fundamentos da Constituição Federal para que o Estado de Direito ou Estado Democrático instituído possa construir uma sociedade aberta, justa e solidária”.

Nestes preceitos fundamentais o Art. 170 da CF/88, foi utilizado como um dos pilares constitucionais para que a Lei 11.101/2005 fosse produzida. E de fato é isto que a Recuperação Judicial se trata, uma empresa que movimenta renda, fomenta o mercado nacional e até mesmo internacional, gerando empregos, rendas e também impostos para sustentação da máquina pública, estes que são essenciais para a manutenção do Estado. Além disto tudo mantém como uma garantia a mais a todos os credores que objetivam receber seus valores mesmo com a dificuldade financeira da empresa devedora.

Destaca-se que enquanto o Decreto de 1945 utilizava o pedido de falência como uma forma mais ríspida de cobrança, a Lei 11.101/2005 passou a diferenciar o que era pedido realmente de falência e o que era mera cobrança judicial. Para isso a nova legislação acrescentou em seu ordenamento, requisitos a serem cumpridos para que se justificasse tal ação de falência. Desta forma, o devedor que preencher os requisitos e conseguir comprovar a possibilidade de reestruturação financeira, com a vigência da atual legislação é permitido o processo de Recuperação Judicial, essa foi um dos maiores avanços na mudança com a nova Lei. Desta forma entende Coelho (2014, p. 42):

A medida judicial de preservação do devedor relativamente à falência deixa de ser a concordata (preventiva ou suspensiva) e passa a ser a recuperação judicial. As principais diferenças entre elas são: a) concordata é um direito a que tinha acesso todo empresário que preenchesse as condições da lei, independentemente da viabilidade de sua recuperação econômica, mas à recuperação judicial só tem acesso o empresário que preenchesse as condições da lei, independentemente da viabilidade de sua recuperação econômica, mas à recuperação judicial só tem acesso o empresário cuja atividade econômica possa ser reorganizada; b) enquanto a concordata produz efeitos somente em relação aos credores quirografários, a recuperação judicial sujeita todos os credores, inclusive os que titularizam privilégio ou preferência (a única

limitação legal é o pagamento das dívidas trabalhistas em no máximo 1 ano), exceto os fiscais (que devem ser pagos ou parcelados antes da concessão do benefício); c) o sacrifício imposto aos credores, na concordata, já vem definido na lei (dividendo mínimo) e é da unilateral escolha do devedor, ao passo que, na recuperação judicial, o sacrifício, se houver, deve ser delimitado no plano da recuperação, sem qualquer limitação legal, e deve ser aprovado por todas as classes de credores. Atente: se o devedor é microempresário ou empresário de pequeno porte, a recuperação judicial segue rito simplificado.

Além de abrir possibilidade da empresa se recuperar em vez de solvência no processo falimentar, um dos principais objetivos destas mudanças também se daria por desafogo do sistema judiciário, que anteriormente era de grande demanda para cobranças do devedor. Chaves Júnior, entende que nas mudanças propostas do Decreto 7661/45 para a Lei 11.101/2005 na matéria de desobstrução do sistema judiciário:

Para além da perspectiva da preservação da empresa, a redução da litigiosidade nos conflitos de competência também auxiliará no desafogo do Poder Judiciário em vistas a permitir a canalização do tempo, hoje desperdiçado na definição do órgão julgador, para uma análise minuciosa das questões postas pelas partes e nos efeitos da decisão judicial sobre a empresa (CHAVES JÚNIOR, 2009, s/p).

Portanto além do apelo social, no que diz respeito a economia também buscou-se na Lei 11.101/2005 adequar melhor os tipos de ação, sendo cobrança judicial em execuções, recuperação e falência de formas distintas, de acordo com os requisitos e preposições que cada uma suporta.

Entende desta forma Mamede (2017, p. 212), sobre a importância da Lei 11.101/2005 tanto no aspecto social quanto jurídico, que a empresa tem enorme poder perante a sociedade e o Estado e que de fato a referida Lei, traz o conceito de recuperação e falência com suas peculiaridades, sendo muito mais amplo onde cada empresa e seu estágio financeiro se encaixa. O que era generalizado com o Ordenamento Jurídico anterior, agora passou a ser analisado de forma correta.

Ora, compreendendo a empresa como algo mais do que, apesar da insolvência do empresário ou sociedade empresária. Isto é possível pela transferência da empresa a outrem, que, pagando por ela, manterá seu funcionamento, atendendo à sua função social. O ex-titular mantém falido e o valor da alienação ingressa para a massa. A liquidação do patrimônio empresarial não mais se confunde com a extinção da empresa. Isso é viável pois se transfere apenas do ativo, sem o respectivo passivo, que será mantido na massa falida. e simplesmente um conjunto de bens, a liquidação do patrimônio do falido pode fazer-se com a preservação da empresa, ou seja,

alienação do somatório de estabelecimento (conjunto organizado de bens para o exercício da empresa) e atividade (MAMEDE, 2017, p. 212).

A Lei 11.101/2015 portanto, além de dividir as ações aplicadas a cada tipo de empresa, criou a possibilidade que a empresa interessada possa se recuperar e apresentar o plano provando tanto aos credores interessados quanto ao sistema jurídico brasileiro, cabendo analisar se a empresa devedora preenche os requisitos necessários para ingresso.

Tratado os princípios e fundamentos fundados na Lei 11.101/2015, analisado suas diferenças com a legislação anterior, a empresa que buscar a Recuperação Judicial não basta ingressar com o pedido, deve ser analisado se serão preenchido os requisitos necessários para que seja recuperada. Além dos já explanados intuitos de dar a possibilidade de estabilidade financeira, julga-se necessário que o ingresso não seja por protelação aos pagamentos aos credores mas que de fato, as empresas possam utilizar como ferramenta o processo de Recuperação Judicial.

2.3 Requisitos da recuperação judicial na Lei No 11.101/2005

A Recuperação Judicial com base nos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 no artigo 170, com o interesse social e com Poder Judiciário mediante Lei 11.101/2015, que analisa as probabilidades da empresa interessada possa de fato recuperar suas forças econômicas, é o método de importância para os administradores de uma Pessoa Jurídica Privada, pois mantém a empresa como fonte produtora, enquanto é apresentado plano que comprove que é possível a liquidação de suas obrigações perante ao Estado e aos credores.

Para que seja aprovado o plano na recuperação judicial, a empresa interessada deverá apresentar tanto os credores quanto ao Estado a sua estratégia para se reestruturar, mostrando que existe caminho para voltar a cumprir com suas obrigações. Neste caso, o sistema judiciário funcionará como exigir que o até então interessado preencha os requisitos para que seja concedido o pedido. Coelho (2014, p. 60-65), traz a divisão de todo o processo de recuperação judicial em três fases:

A primeira é a fase “postulatória” onde a empresa devedora peticionará o pedido para recuperação judicial, expondo sua situação. Com base no artigo 51 da

Lei 11.101/2005 deve-se apresentar os valores contábeis dos últimos três anos, os extratos bancários, a listagem de todos os credores e os protestos provenientes deles, as ações judiciais que estão em curso, as certidões de regularidade da empresa nos cartórios de protestos e a relação de bens da empresa e daqueles que estão no quadro societário (COELHO, 2014, p. 60-61).

A segunda fase apontada é a “deliberativa”, verificado e deferido o pedido pelo magistrado, o mesmo irá nomear o administrador judicial e também suspenderá das ações de execução contra a empresa devedora, exceto a aquelas que não se enquadram a Recuperação Judicial. A empresa devedora irá apresentar ao administrador judicial as contas de forma mensal e posteriormente no prazo de 60 dias, apresentar o plano de recuperação judicial para avaliação (COELHO, 2014, p. 63).

Com o plano em mãos, o juiz expedirá edital que constará toda e qualquer informação no que tange a empresa devedora, incluso também a listagem com todos os credores, assim como os valores a eles devido, cabendo a eles oporem aos dados que constarem no edital no prazo de 30 dias (art. 55 §1º, da Lei 11.101/2005).

Portanto, apresentado o plano, também existe a necessidade da aprovação do mesmo pela assembleia dos credores. Isso significa que a Recuperação Judicial também é sustentada pelos credores, uma vez que são partes reais interessadas. Apesar de dentro da Assembleia de credores serem divididas em classes, é necessário a aprovação de todas estas classes para que a proposta do plano seja aceita, para que possa ser concedido ou não a homologação pelo magistrado. Surge assim a terceira fase, sendo ela a de “cumprimento” pois cumprido todos tramites do processo, ficará concedido a fiscalização se a empresa recuperada respeitará o plano de Recuperação (COELHO, 2014, p. 64-65).

A respeito dos requisitos postulatórios e deliberativos tangentes ao processo de recuperação judicial, identifica-se os seguintes itens que passa-se a analisar:

2.3.1 Atividade regular:

Dentro da fase postulatória os requisitos prepostos para Recuperação Judicial, conforme art. 48 da Lei 11.101/2005, Meira (2015) destaca que a empresa interessada tem que estar exercendo a atividade empresarial de forma regular há mais de dois anos, entendendo que este seja o período base para que a empresa tenha tempo de se estruturar, para que possa passar pelas dificuldades iniciais financeiras

na abertura da mesma, criando vínculos empregatícios e sociais no qual se fundamenta a própria Recuperação. A Lei nº 11.101/2005 tem como objetivo real a reestruturação econômico-financeira da empresa devedora, e que é de direito o requerimento ao processo de Recuperação Judicial às sociedades empresariais. Na mesma linha, entende sobre o requisito proposta no art. 48, nesse sentido entende Fábio Ulhoa Coelho (2013, p. 169):

Não concede a lei o acesso à recuperação judicial as requerentes que exploram empresa há menos tempo, por presumir que a importância desta para a econômica local, regional ou nacional ainda não pode ter-se consolidado.

Coelho (2013, p. 170) trata que as empresas que iniciam sua atividade econômica e passam por dificuldades em seu início, caso fosse aberto Recuperação antes do período estabelecido no Art. 48 de dois anos, a demanda judiciária também iria aumentar drasticamente, o que cairia nos mesmos problemas de excesso do poder judiciários, que eram oriundos do lei anterior de 1945.

2.3.2 Não reivindicação da Recuperação Judicial:

Conforme a redação do art. 48 da Lei 11.101/2005, em seu inciso I, outro requisito é “não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes”. A empresa devedora não pode ter sofrido o processo de falência, mas caso tenha sido, que obtenha a declaração da extinção das obrigações. Isso mostra que a Lei realmente exige que as empresas busquem o processo de Recuperação Judicial para que comprovadamente consigam se reerguer, não para protelar os credores ou que este evite que vá a falência. De mesma forma exige-se que a empresa não tenha obtido a concessão da Recuperação, nos últimos cinco anos e que não tenha seja obtida a concessão de recuperação judicial, conforme o inciso II da referida lei e com fundamento no plano especial (com redação incluída pela Lei Complementar nº 147, de 2014).

2.3.3. Do Administrador da Recuperada:

Da mesma, em prol dos credores, com fulcro no inciso IV do artigo 48 da Lei 11.101/2005, o administrador ou sócio controlador da empresa recuperada não pode ter sido condenado em crime falimentar, ou seja, aqueles considerados atos fraudulentos.

Os crimes falimentares foram regulamentados pela própria Lei 11.101/05, dos artigos 168 a 178, e incluem: fraudes a credores, quebra de sigilo empresarial, divulgar informação falsa sobre a empresa devedora no processo de recuperação judicial, sonegar ou omitir informações, beneficiar um credor em face dos demais, desvio de bens dos devedores, adquirir bens da massa falida, apresentação de documentos e comprovantes fraudulentos ao processo, exercer atividade proibida por determinação judicial e omissão de documentos contábeis obrigatórios.

2.3.4 Do recebimento do magistrado

Com fulcro no art. 52 da Lei 11.101/2005, o magistrado receberá o pedido de recuperação judicial e neste primeiro passo, o juiz irá analisar se a empresa requerente preenche todos os requisitos para ingresso. Preenchido fecha-se o ciclo postulatório e entra-se na fase de deliberação, processando a Recuperação Judicial. Este, transcrito no moldes do art. 52 e 53 da Lei 11.101 vai até a decisão homologada pelo magistrado.

2.3.5. Plano Judicial e sua proposta:

Dentre os meios para que se possa ser concedido a Recuperação Judicial, a empresa devedora deve apresentar uma proposta. Nesta proposta deve-se ter a aceitação por parte dos credores, porém nem todos os credores estão sujeitos a este processo, ficam de fora aqueles que possuem o crédito decorrente de adiantamento a contrato de câmbio para as exportações, no qual é exposto no artigo 49 e 86 da Lei 11.101/2005 e também os créditos tributários, com fulcro no artigo 187 do Código Tributário Nacional.

Coelho (2013, p. 132), ao discorrer sobre o instituto da Recuperação Judicial, afirma que o magistrado não será aquele que criará as soluções para a crise

financeira da empresa, mas que irá analisar se é preenchido todos os requisitos necessários para a concessão da Recuperação e garantir os interesses sociais, no qual o Estado permite que esta empresa possa se reerguer.

Já os credores que estão sujeitos ao processo de Recuperação Judicial podem aprovar as propostas que se fundamentem pela concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações, ou seja, aceitam o parcelamento ou o aditamento dos pagamentos para datas posteriores até que se normalize as finanças na empresa. Lembrando que neste caso, tem que ter como base em números que convençam o administrador e ao sistema judiciário que sim é possível a reversão e não no simples credo do devedor em que a empresa irá estabilizar financeiramente.

Este plano nos moldes do art. 53 da Lei 11.101, conforme Coelho (2014, p. 410) deve ser entregue no prazo de 60 do deferimento do juiz, não podendo ser adiado com propensão a falência, sendo editado também a que todos os credores interessados o plano em aprovação para sua manifestação.

2.3.6. Dos credores:

Segundo Coelho (2014, p. 415), forma-se a Assembléia Geral e Credores, justamente com o objetivo de manifestar os credores interessadas dos créditos no qual são titulares para que sejam propensos a efeitos no processo da Recuperação Judicial. Coelho, diz que é de fundamental importância a formação da assembleia, uma vez que cabe a ela aprovar ou rejeitar o plano.

O STJ entende desta forma, sendo os credores soberanos enquanto ao que tange ao plano da Recuperação Judicial mas cabe ainda ao magistrado o controle da validade dos atos jurídicos contidos como controle do Estado no plano, subsistindo uma pequena discricionariedade no que tange o controle das classes e subclasses, para que credores da mesma classe possam, dentro dos limites legais, receberem tratamento diferenciado afim de preservar, ao mesmo tempo, a equidade e o princípio da continuidade da atividade empresarial, neste sentido:

RECURSO ESPECIAL. EMPRESARIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PARIDADE. **CREDORES. CRIAÇÃO. SUBCLASSES. PLANO DE RECUPERAÇÃO. POSSIBILIDADE.** PARÂMETROS.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Cinge-se a controvérsia a definir se é possível a criação de subclasses de credores dentro de uma mesma classe no plano de recuperação judicial.

3. Em regra, a deliberação da assembleia de credores é soberana, reconhecendo-se aos credores, diante da apresentação de laudo econômico-financeiro e de demonstrativos e pareceres acerca da viabilidade da empresa, o poder de decidir pela conveniência de se submeter ao plano de recuperação judicial ou pela realização do ativo com a decretação da quebra, o que decorre da rejeição da proposta. A interferência do magistrado fica restrita ao controle de legalidade do ato jurídico. Precedentes.

4. A Lei de Recuperação de Empresas e Falências consagra o princípio da paridade entre credores. Apesar de se tratar de um princípio norteador da falência, seus reflexos se irradiam na recuperação judicial, permitindo o controle de legalidade do plano de recuperação sob essa perspectiva.

5. A criação de subclasses entre os credores da recuperação judicial é possível desde que seja estabelecido um critério objetivo, justificado no plano de recuperação judicial, abrangendo credores com interesses homogêneos, ficando vedada a estipulação de descontos que impliquem verdadeira anulação de direitos de eventuais credores isolados ou minoritários.

6. Na hipótese, ficou estabelecida uma distinção entre os credores quirografários, reconhecendo-se benefícios aos fornecedores de insumos essenciais ao funcionamento da empresa, prerrogativa baseada em critério objetivo e justificada no plano aprovado pela assembleia geral de credores.

7. A aplicação do cram down exige que o plano de recuperação judicial não implique concessão de tratamento diferenciado entre os credores de uma mesma classe que tenham rejeitado a proposta, hipótese da qual não se cogita no presente caso.

8. Recurso especial não provido.

(REsp 1634844/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/03/2019, DJe 15/03/2019)³

Não poderá a Recuperação Judicial prever de pagamento aos créditos trabalhistas superar a um ano, assim como os provenientes de acidente de trabalho. Assim como a previsão de pagamento em prazo superior a trinta dias para os créditos também trabalhistas que o valor seja até cinco salários mínimos vencidos nos três meses anteriores ao pedido de Recuperação Judicial, estes casos estão protegidos os trabalhadores pelo artigo 54 da Lei 11.101/2005.

No que tange aos efeitos da Recuperação Judicial, todos os créditos válidos, incluindo os que não estão vencidos até a data do pedido, estarão sujeitos ao processo. Esta garantia aos créditos existentes são defendidos pelo artigo 49 da Lei 11.101/2005.

2.3.7. Recuperação especial:

³ Utilizou-se como critério de pesquisa as palavras-chave “Recuperação Judicial”, “Plano”, “Credores” e “Subclasses”, onde se obteve 02 resultados, sendo que cita-se o segundo, uma vez que o primeiro não se adequava ao ideal da recuperação judicial, por se tratar de uma convolação de recuperação judicial em falência.

Para as micro e pequenas empresas, é fundado pelo artigo 70 da Lei 11.101/2005 o plano especial de Recuperação Judicial. Isso significa que todos os créditos existentes até a data do pedido, inclusive os não vencidos, definidos no artigo 71 da mesma lei, para o pagamento em até 36 parcelas mensais, com as devidas correções monetárias e juros acrescidos. Sobre estas parcelas ainda não vencidas, exceto os que daquele decorrem de repasse de recursos oficiais, fiscais previsto no art 49 da Lei 11.101/2005, Yamada (2015, s/p) cita que tanto no caso da recuperação comum quanto a especial, com base nos parágrafos 3º e 4º do art 49 da Lei 11.101/2005, não podem ser objeto de plano os créditos que decorrem de leasing, promessa de compra e venda de imóvel com cláusula de irrevogabilidade.

Isso significa para o micro e pequeno empreendedor um fôlego a mais para o pagamento das dívidas existentes, recebendo a oportunidade de estabilizar financeiramente a empresa de pequeno porte e ao mesmo tempo garantir ainda que a longo prazo o recebimento por parte dos credores. Segundo Yamada (2015, s/p), se tratando de empresas com poucos patrimônios, o legislador acredita que este seja uma alternativa saudável para as partes. Diferentemente do plano convencional, o plano especial pode ser deferido pelo magistrado sem que ocorra a convocação dos credores, conforme a redação do artigo 72 da Lei 11.101/2005.

Deve-se ressaltar a importância deste processo para aos interesses sociais e para boa-fé objetiva de uma empresa que se encontre em dificuldades financeiras, portanto é de extrema necessidade que os moldes desta lei sejam eficientes para que o processo de Recuperação Judicial.

3. A REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DAS EMPRESAS

Nas tangentes do direito tributário, o Estado como intermediador dos interesses sociais e como administrador dos tributos arrecadados, pode-se segmentar tais tributos entre direito público e direito privado.

No setor de direito público, predominasse a supremacia do interesse público sobre o privado, considerando o princípio da indisponibilidade do interesse público.

No setor de direito privado, como as regularizações tributárias das sociedades empresárias, podemos destacar a relação jurídica existente entre os interesses destas empresas com os interesses do Estado enquanto responsável da máquina pública.

Conforme Alexandre (2017, p. 37), deve-se manter um equilíbrio para que não haja privilégios para os interesses privados e da mesma forma a forma de tributação tem que ser aplicada conforme a legislação vigente.

Nos moldes da Constituição Federal de 1988, Paulsen (2015, p. 38) conceitua que a Constituição define a quem compete os poderes, como limita a finalidade dos tributos, a quem deve ser contribuinte e como o Estado deve agir afim de obtenção de recursos financeiros para manutenção promovidos pelo Estado em prol dos interesses da sociedade. O uso deste rendimento serve para cobrir os custos altos do sistema público, portanto a arrecadação tem como objetivo o mantimento dos direitos e garantias previstos nos direitos fundamentais.

Portanto entende-se que o direito tributário é a forma reguladora do Estado buscar a arrecadação para fins sociais. A relação jurídica entre os interesses privados com a tributação por parte do Estado não deve ser um superior ao outro, deve ambos ser dos interesses em prol da sociedade.

Quanto aos interesses e a relação jurídica entre as partes, entende Alexandre(2017, p. 38) que deve prevalecer o interesse público sobre privado, porém não devendo o Estado abusar de seus poderes:

Ambos são particulares. Ambos defendem seus interesses individuais. A relação jurídica é horizontalizada. E nenhum deles pode impor sua vontade ao outro, pois o ordenamento jurídico não assegura a preponderância de quaisquer dos interesses em jogo (ALEXANDRE, 2017, p. 38).

Para que seja célere a manutenção da máquina pública, o meio em que o Estado pode atingir seus fins sociais é através dos tributos. Sua função enquanto prestadora ao direito tributário está na redação do art. 3 do Código Tributário Nacional:

Art. 3º - CTN: Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Para que a criação de um tributo, o mesmo deve ser criado por lei complementar ou ordinária conforme a seção de Leis, Tratados e Convenções Internacionais e Decretos no art. 97 do Código Tributário Nacional, assim como também é instituído na Constituição Federal de 1988, através do art. 153 nas esferas federais, estaduais com fulcro no art. 155 e municipais no art. 156, uma vez que o art. 97 do CTN estabelece que “somente a lei pode estabelecer a instituição de tributos, ou a sua extinção”. Neste viés, entende Alexandre (2017, p. 50), sobre a criação de tributos:

Essa é uma regra sem exceção: o tributo só pode ser criado por lei (complementar ou ordinária) ou ato normativo de igual força (Medida Provisória). Isso decorre do princípio democrático; como a lei é aprovada pelos representantes do povo, pode-se dizer, ao menos teoricamente, que o povo só paga os tributos que aceitou pagar.

Dentre estes tributos criados podemos destacar os impostos. No âmbito empresarial, os impostos são conforme Alexandre (2017, p. 59), a forma no qual o Estado arrecada tributos para que tal empresa, contribua para o bem comum de toda a sociedade. Dentre estes impostos pode-se dividir nas esferas da União como o Imposto de Renda, das esferas estaduais como ICMS e da esfera municipal através do IPTU. Por se tratar de patrimônio público, o crédito tributário é, portanto, com base no princípio da indisponibilidade do interesse público, ele é indisponível. Se for concedido qualquer benefício fiscal por lei, entende-se que tal concessão foi feita em prol dos interesses da sociedade.

Segundo Baleeiro (2004, p. 127), tendo esta importância social, o Estado é essencial para manutenção dos recursos sociais e financeiros, para tanto podemos dividir essas receitas recursais em originárias e receitas derivadas: As “receitas originárias” (BALEIRO, 2004, p. 128) são voluntárias ou de direito privado, ou seja, o Estado possui vantagens privadas por manifestação de vontade, não existindo legislação para obrigação. Já as receitas derivadas são compulsórias ou de direito público,

ou seja, as receitas são provenientes das legislações, como por exemplo recebimento de impostos (BALEEIRO, 2004, p. 130).

Tais recebimentos por parte da Fazenda Pública enquanto arrecadação das receitas, sendo derivadas ou originárias é trazida nos preceitos da Constituição Federal de 1988, através do art. 173:

Art.- 173 da CF/88: Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

A atividade de arrecadação por parte do Estado influencia na sociedade, não sendo apenas como meio para controle e interesses sociais. Portanto ele não tem efeito neutro, uma vez que os tributos tem função impactante social, conforme citado por Alexandre (2017, p. 42):

O Estado também percebe que nenhum tributo é completamente neutro, pois, mesmo que objetive exclusivamente arrecadar, acaba gerando impactos sobre o funcionamento da economia. Assim, o Estado passa a aproveitar esses efeitos colaterais dos tributos, instituindo-os com o objetivo de intervir no domínio econômico e na ordem social.

Sabendo destes impactos que os tributos tem na ordem social, Rosso (2009, p.3), também entende que caberá ao Estado percebendo que a não neutralidade destes créditos, é necessário tomar as providencias para que isso não cause injustiça social, devendo manter o equilíbrio pelos interesses sociais x interesses individuais:

Por mais surpreendente que possa parecer ao analista superficial, o direito de tributar nasce, justamente, da opção da Constituição brasileira pela liberdade de iniciativa e proteção à propriedade privada (art. 5º, XXII e XXIII, da CF/1988). O caminho adotado pela Constituição, entretanto, implica em compromissos em sentido contrário: o Estado Fiscal não prescinde do combate à injustiça social ocasionada pela liberdade de iniciativa. Cabe ao Estado, ao aceitar a liberdade de iniciativa, remediar os desequilíbrios por ela ocasionados (ROSSO, 2009, p. 3).

Entende-se que os impactos provenientes dos tributos atingem as atividades do Estado, sendo que a arrecadação dos tributos tem uma enorme importância quanto aos interesses sociais. Portanto deve-se entender os princípios que constituem o Direito Tributário para analisar como deve ser a postura do Estado enquanto responsável do bem comum.

3.1 Os princípios do Direito Tributário

A fim de entender os princípios que norteiam o Direito Tributário, também é importante saber a função do Estado no meio deste, como é sua postura e como através da legislação atendem o interesse público. Busca-se então saber se enquanto requisito tão amplo, os créditos tributários correspondem a sua relação jurídica social. Quanto aos pagamentos tributários enquanto sua função social, entende Machado (2003, p. 16):

Alguns afirmam prontamente que pagar tributo é um dever de solidariedade social, e que a finalidade do Direito Tributário é viabilizar para o Estado os recursos financeiros dos quais necessita para alcançar seus objetivos. Confundem, como se vê, uma relação meramente social com uma relação jurídica, e confundem a finalidade do tributo com a finalidade do Direito Tributário - o que nos leva a concluir que essas duas questões fundamentais ainda estão a merecer nossa reflexão e nosso esforço no sentido de espantar um desastroso equívoco.

É certo que temos de admitir o tributo como instrumento da solidariedade social, até porque esta deve ser o fundamento da própria instituição do Estado. Isto, porém, não quer dizer que a relação tributária seja simplesmente uma relação social, e o dever de pagar o tributo seja um dever de solidariedade. Uma vez estruturado o Estado, instituída a ordem jurídica e com esta delimitado o dever de tributar, o dever de pagar tributo já não será simplesmente um dever de solidariedade social. Sua existência passa a depender da lei e sua dimensão há de ser nesta definida. Elaborada a lei, com a delimitação da relação tributária, o dever de pagar tributo passa a ser um dever jurídico, cujo adimplemento independe do sentimento de solidariedade do sujeito passivo daquela relação.

Com esta reflexão de Machado, passamos a destacar alguns dos princípios norteados dos créditos tributários. Inicia-se com o princípio da “Legalidade” que possui fulcro dos direitos e garantias fundamentais no art. 5, inciso II, a CF/88, estabelece que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”. Com o princípio da legalidade, conforme os preceitos constitucionais, é permitida a criação de um novo tributo ou reajustes fiscais.

O segundo princípio a ser abordado é o da “capacidade contributiva”, que possui fulcro no art. 145 § 1 da CF/88, os tributos tem que ser conforme a sua capacidade econômica:

Art. 145: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

...

§1º: Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a **capacidade econômica do contribuinte**, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos as atividades econômicas do contribuinte (Grifei).

De acordo com Alexandre (2017, p. 137), nas tangentes do princípio da capacidade contributiva era de melhor tom, o legislador ter tratado como capacidade contributiva e não econômica. Uma vez que nem todos bens patrimoniais de um contribuinte são tributáveis, logo estes tributos não são recolhidos pelo Estado. Portanto não necessariamente que tenha mais recursos econômicos é mais rentável para a Fazenda Publica.

Carraza (2010, p. 86), também entende que este principio é uma justa para arrecadação fiscal igualitária:

O princípio da capacidade contributiva hospeda-se nas dobras do princípio da igualdade e ajuda a realizar, no campo tributário, os ideais republicanos. Realmente, é justo e jurídico que quem, em termos econômicos, tem muito pague, proporcionalmente, mais imposto do que quem tem pouco. Quem tem maior riqueza deve, em termos proporcionais, pagar mais imposto do que quem tem menor riqueza. Noutras palavras, deve contribuir mais para a manutenção da coisa pública. As pessoas, pois, devem pagar impostos na proporção dos seus haveres, ou seja, de seus índices de riqueza (Carraza, 2010, p. 86).

Em terceiro lugar tem-se o “Princípio da isonomia” estabelecendo que a legislação deve tratar de forma igual os contribuintes, ou seja, para aqueles tributos que todos pagam os mesmos valores não se ter confusão quanto a sua pessoalidade. Este princípio está na redação no caput do art. 5º da Constituição Federal de 1988 e também da seção das limitações do poder de tributar no art. 150, inciso II.

Aduz-se em consoante o “princípio da irretroatividade”, pois nos moldes da Constituição Federal de 1988, na seção das limitações do poder de tributar, com fulcro no art. 150, inciso III, alínea a, é vedado a cobrança de tributos gerados antes da vigência de nova legislação que venha a aumentar os encargos sofridos.

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

III - cobrar tributos:

- a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

Em quinto lugar trabalhar-se-á o “princípio da anterioridade”, pois novamente nos moldes da Constituição Federal de 1988, na seção das limitações do poder de tributar, com fulcro no art. 150, inciso III, alínea b, é vedado a cobrança de tributos com aumento de cargos tributados gerados com nova legislação. Também conhecido como princípio da não surpresa, devendo respeitar o intervalo mínimo de 90 (noventa) dias.

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

III - cobrar tributos:

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou; (Vide Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

Todos estes princípios constitucionais, tem como objetivo cumprir com a função social dos créditos tributários e limitar os poderes do Estado. Sabido desta importância social, é necessário saber como a inadimplência destes créditos influenciam na máquina pública e quais as restrições quando ao inadimplemento tributário.

3.2 Os Tributos enquanto crédito

Com previsão no art. 142 do CTN, os tributos são lançados como matérias de obrigação tributária, ou seja, é a forma no qual o crédito tributário é pago pelo contribuinte ao Estado. Deve, portanto, o contribuinte pagar o crédito mediante a penas, proveniente da obrigação de pagar.

Entende Barreirinhas (2016, p. 650) que o parcelamento especial concedido por lei específica dos óbices tributários, tem como objetivo preservar a empresa recuperada. Estes créditos tributários podem ser emitidos através de forma direta ou de ofício, por declaração ou homologado. De ofício, vide previsão no art. 149 do CTN:

Art. 149. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos:

I - quando a lei assim o determine;

II - quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária;

III - quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;

IV - quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;

V - quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, no exercício da atividade a que se refere o artigo seguinte;

VI - quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária;

VII - quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;

VIII - quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;

IX - quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade especial.

Parágrafo único. A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.

Também mediante “declaração”, conforme a redação do art. 147 do CTN na seção das Modalidades de Lançamento, caberá ao contribuinte o preenchimento dos dados necessários, requerendo a revisão dos tributos.

Art. 147. O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiros, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.

E ainda vide homologação, com fulcro no art. 150 do CTN, a requerimento do contribuinte este tributo é extinto não pela sua liquidação, mas pela autoridade competente.

Art. 150. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.

§ 1º O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação ao lançamento.

§ 2º Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.

§ 3º Os atos a que se refere o parágrafo anterior serão, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade, ou sua graduação.

§ 4º Se a lei não fixar prazo a homologação, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Conforme Alexandre (2017, p. 114), os tributos possuem várias classificações doutrinárias, estas classificações servem para encaixar cada tributação em quais

esferas elas podem ser cobradas. Quanto as esferas de competência tributária, o nobre doutrinador retrata:

Quanto à discriminação das rendas por competência: federais, estaduais ou municipais. A questão aqui se relaciona à **atribuição constitucional de competência** para a instituição do tributo, independentemente de o produto da arrecadação estar sujeito ou não à repartição (discriminação da renda por produto).

Assim, o IPVA é imposto estadual, apesar de pertencerem aos Municípios 50% do valor arrecadado relativo aos veículos automotores licenciados no seu território (CF, art. 158, III).

Ressalte-se que a competência do Distrito Federal é cumulativa, pois acumula os tributos estaduais e municipais, assim como a União, além dos tributos federais, acumula, nos Territórios, os tributos estaduais (sempre) e municipais (caso não haja divisão do Território em Municípios), tudo em consonância com o art. 147 da CF/1988.

Quanto as formas no qual os créditos tributários são qualificados como forma de pagamento, Alexandre (2017, p. 45) entende que a Fazenda Pública ainda que aceite bens como forma de extinção da obrigação tributária a mesma não pode se tornar como padrão, uma vez que ela deve preencher as hipóteses do art. 141 do CTN:

Apesar de a Lei Complementar 104/2001 ter acrescentado o inciso XI ao art. 156 do CTN, permitindo a *dação em pagamento* de bens imóveis como forma de extinção do crédito tributário, não se pode tornar a autorização como uma derrogação da definição de tributo no ponto em que se exige que a prestação seja "em moeda": pois o próprio dispositivo oferece a alternativa "ou cujo valor nela [em moeda] se possa exprimir". Assim, é lícito entender que o CTN permite a quitação de créditos tributários mediante a entrega de, **outras** utilidades que possam ser expressas em moedas, deste que tais hipóteses estejam previstas no próprio texto do Código, que no seu art. 141 afirma que o crédito tributário somente se extingue nas hipóteses nele previstas.

Quanto a execução dos tributos, no caso de inadimplência do contribuinte, poderá a Fazenda Pública entrar com ação para cobrança judicial. Baleeiro (2013, p. 44) entende que é de direito, exceto os moldes da suspensão do Crédito Tributário na Seção de disposições geral do art. 151 do CTN que suspendem a exigibilidade fiscal.

Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

I - moratória;

II - o depósito do seu montante integral;

III - as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo;

IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança.

V – a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial; (Incluído pela Lcp nº 104, de 2001)

VI – o parcelamento. (Incluído pela Lcp nº 104, de 2001)

Parágrafo único. O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.

Ainda que suspensa a exigibilidade do crédito tributário com fulcro no art. 151, Barreirinhas (2016, p. 231) trata que o contribuinte não é dispensado de suas obrigações de pagar e que a suspensão não acarreta na emissão de tal tributo.

Considerando estas esferas para cobrança tributária, gera-se uma discussão aos tributos no âmbito federal, pois existe grande contrassenso quanto a eficácia deste como requisito na recuperação judicial, refletindo o mesmo como próprio meio de cobrança dos tributos. Tais cobranças vêm sendo exercitadas nas normativas brasileiras através de parcelamentos que buscam tal regularização por parte do contribuinte devedor, sendo regulado através do art. 155-A do Código Tributário Nacional.

3.3 Modalidades de regularização Tributária

Os tributos ainda que provenientes de pessoas físicas ou de sociedades empresárias, enquanto contribuintes dos tributos ao Estado, em prol dos interesses sociais, são fundamentais para a manutenção da máquina pública.

Com foco no adimplemento das sociedades empresárias, seja com outros credores ou dos créditos tributários, tem enorme importância ao sistema econômico ao Brasil, conforme já explanado neste trabalho. Com a inadimplência pela empresa nestes créditos tributários, é concedido por meio de legislação específica, o parcelamento para que a empresa volte a exercer sua função social e o Estado consiga receber os créditos pertinentes.

Deste entendimento, Alexandre (2014, p. 380) diz que o parcelamento é uma medida que o Estado traz para que a Fazenda Pública não fique com prejuízo quanto aos créditos e que com este adimplemento, a empresa volte a realizar seus trabalhos de forma regular. Entende o doutrinador que a exigibilidade dos tributos enquanto requisitos da recuperação judicial é pensando justamente na manutenção da esfera pública, em que o Estado não deixe de receber os valores aqueles inadimplidos pela empresa. Já nos casos em que há suspensão deste enquanto requisito, é feito em forma de parcelamentos, transcritos no art. 151 do CTN.

Existe um conflito entre a Lei 11.101/05 e do Código Tributário Nacional, enquanto o art. 57 da Lei de Recuperações abrange que é necessário a emissão da Certidão Negativa de Débitos, o art. 155-A do CTN, abre a possibilidade de parcelamento destes óbices tributários desde que existindo Lei específica que o regulamente, neste sentido rege o Art. 155-A. “O parcelamento será concedido na forma e condição estabelecidas em lei específica”.

Além disso, os moldes do art. 155-A diverge do art. 191-A da mesma legislação, traz em sua redação do art. 191-A:

Art. 191-A. A concessão de recuperação judicial depende da apresentação da prova de quitação de todos os tributos, observado o disposto nos arts. 151, 205 e 206 desta Lei.

Para que seja concedido o pedido da Recuperação Judicial é necessário o preenchimento dos artigos 57 da Lei 11.101/05 e 191-A do CTN, para que este não entre em conflitos com os princípios constitucionais, foi liberado pelo art. 155-A do CTN cabendo portanto a legislação específica para conceder as formas de parcelamento e suas condições para que seja pago os óbices tributários.

Uma das formas de parcelamento liberadas pelo art. 155-A do CTN, veio através do vigor da Lei 13.043 de 2014 através do Art. 43 permitindo o parcelamento das dívidas fiscais no âmbito federal, os tribunais passaram a entender que o parcelamento especial de lei específica mantém a regularidade da empresa para a Fazenda Pública e gera portanto a certidão negativa de débitos tributários, não prejudicando portanto o art. 57 da Lei 11.101/05 que prevê este como requisito.

Art. 43. A Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 10-A:

Art. 10-A. O empresário ou a sociedade empresária que pleitear ou tiver deferido o processamento da recuperação judicial, nos termos dos arts. 51, 52 e 70 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, poderão parcelar seus débitos com a Fazenda Nacional, em 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais e consecutivas, calculadas observando-se os seguintes percentuais mínimos, aplicados sobre o valor da dívida consolidada:

I - Da 1ª à 12ª prestação: 0,666% (seiscentos e sessenta e seis milésimos por cento);

II - Da 13ª à 24ª prestação: 1% (um por cento);

III - Da 25ª à 83ª prestação: 1,333% (um inteiro e trezentos e trinta e três milésimos por cento); e

IV - 84ª prestação: saldo devedor remanescente.

Se tratando das poucas opções de leis específicas quanto ao parcelamento dos óbices tributários, o art. 43 da Lei 13.043/14 possui alguns itens contraditórios. No

§ 1º é conferido o benefício de todas as dívidas ainda que executadas em juízo para o parcelamento em contra partida como prejudicial, o § 2º do referido artigo, para que possa ser parcelado tais tributos, o contribuinte inadimplente terá de comprovar que desistiu de qualquer ação judicial, mesmo que seja recursal.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se à **totalidade dos débitos do empresário ou da sociedade empresária constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, mesmo que discutidos judicialmente em ação proposta pelo sujeito passivo ou em fase de execução fiscal já ajuizada**, ressalvados exclusivamente os débitos incluídos em parcelamentos regidos por outras leis.

§ 2º No caso dos débitos que se encontrarem sob discussão administrativa ou judicial, submetidos ou não à causa legal de suspensão de exigibilidade, o **sujeito passivo deverá comprovar que desistiu expressamente e de forma irrevogável da impugnação ou do recurso interposto, ou da ação judicial**, e, cumulativamente, renunciou a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem a ação judicial e o recurso administrativo (Grifei).

Conforme Alexandre (2014, p. 384), deve-se considerar que tais prestações da Lei 13.043/14 são ultrapassadas, uma vez que a Lei 11.941/09 já trazia um parcelamento maior em até 180 (cento e oitenta) prestações.

Portanto vale ressaltar que a Lei 13.043/14 através do art. 43 e a Lei 11.101/05 através da redação do art. 68, são contraditórias entre si além do que já tratado, também pelo motivo da forma de pagamento. No referido artigo da Lei 13.043/14 é previsto somente o parcelamento nos âmbitos federais, enquanto a Lei de recuperação judicial exige a certidão negativa de débitos tributários não somente no âmbito federal mas de todas as esferas, incluindo estadual e municipal.

Quanto ao parcelamento dos créditos tributários inadimplidos, com esta permissão legal já citada através de leis específicas, o art. 68 da Lei 11.101/05, também é permissivo para que a Fazenda Pública e o INSS permitam o parcelamento de seus créditos se o contribuinte estiver em sede do processo de Recuperação Judicial:

Art. 68. As Fazendas Públicas e o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS poderão deferir, nos termos da legislação específica, parcelamento de seus créditos, em sede de recuperação judicial, de acordo com os parâmetros estabelecidos na Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

Parágrafo único. As microempresas e empresas de pequeno porte farão jus a prazos 20% (vinte por cento) superiores àqueles regularmente concedidos às demais empresas. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014) (Grifei).

Em 2009 entrou em vigor a Lei 11.941/09, em seu capítulo dos parcelamentos, nas tangentes da seção do parcelamento ou pagamento de dívidas, em seu art. 1º já trazia um parcelamento maior em até 180 (cento e oitenta) prestações. Tal vigoramento perdurou até o ano de 2014. Desde os anos 2000, o Refis passou por vários programas.

O novo Refis como é chamado popularmente, veio na Lei nº 13.496/17 e continua em vigor. O Estado chama o programa de parcelamento como Programa Especial de Regularização Tributária (PERT). Por se tratar de Lei específica e por estar nos moldes do art. 155-A do CTN, este funciona como uma forma de parcelamento dos créditos tributário.

Conforme Art. 1º da Lei 13.496/17, poderão ingressar com o parcelamento especial as empresas que se encontrarem em recuperação judicial, as empresas optantes pelo simples nacional, ou seja as empresas de pequenos e médios portes não são submissas a esse programa, uma vez que possuem regulamentação específica:

§ 1º Poderão aderir ao Pert pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, inclusive aquelas que se encontrarem em recuperação judicial e aquelas submetidas ao regime especial de tributação a que se refere a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004.

As vantagens do novo Refis é que a empresa devedora possa se equilibrar financeiramente e parcelar seus débitos tributários, reduzindo cargas de juros, criando um maior fôlego, também permitindo a emissão da Certidão Negativa de Débito, requisito do art. 57 da Lei 11.101/05. Podem-se ter três tipos de parcelamentos:

A primeira opção: Com fulcro no artigo 2º, inciso I da Lei 13.496/17, pode-se dar entrada de 20% a vista e parcelamento de até cinco parcelas mensais e sucessivas, assim:

Art. 2º, inciso I - pagamento em espécie de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor da dívida consolidada, sem reduções, em até cinco parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e a liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) ou de outros créditos próprios relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com a possibilidade de pagamento em espécie de eventual saldo remanescente em até sessenta prestações adicionais, vencíveis a partir do mês seguinte ao do pagamento à vista;

A segunda opção: Com fulcro no artigo 2º, inciso II da Lei 13.496/17, podendo ser pago em até 120 parcelas mensais e sucessivas:

II - pagamento da dívida consolidada em até cento e vinte prestações mensais e sucessivas, calculadas de modo a observar os seguintes percentuais mínimos, aplicados sobre o valor da dívida consolidada:

- a) da primeira à décima segunda prestação - 0,4% (quatro décimos por cento);
- b) da décima terceira à vigésima quarta prestação - 0,5% (cinco décimos por cento);
- c) da vigésima quinta à trigésima sexta prestação - 0,6% (seis décimos por cento);
- e d) da trigésima sétima prestação em diante - percentual correspondente ao saldo remanescente, em até oitenta e quatro prestações mensais e sucessivas;

A terceira opção: Com fulcro no artigo 2º, inciso III da Lei 13.496/17, podendo ser pago em espécie 20% do valor da dívida e pode ter variadas parcelas mensais e sucessivas:

III - pagamento em espécie de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor da dívida consolidada, sem reduções, em até cinco parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e o restante:

- a) liquidado integralmente em janeiro de 2018, em parcela única, com redução de 90% (noventa por cento) dos juros de mora e 70% (setenta por cento) das multas de mora, de ofício ou isoladas;
- b) parcelado em até cento e quarenta e cinco parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 80% (oitenta por cento) dos juros de mora e 50% (cinquenta por cento) das multas de mora, de ofício ou isoladas; ou
- c) parcelado em até cento e setenta e cinco parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 50% (cinquenta por cento) dos juros de mora e 25% (vinte e cinco por cento) das multas de mora, de ofício ou isoladas, e cada parcela será calculada com base no valor correspondente a 1% (um por cento) da receita bruta da pessoa jurídica, referente ao mês imediatamente anterior ao do pagamento, e não poderá ser inferior a um cento e setenta e cinco avos do total da dívida consolidada;

ou IV - pagamento em espécie de, no mínimo, 24% (vinte e quatro por cento) da dívida consolidada em vinte e quatro prestações mensais e sucessivas e liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL ou de outros créditos próprios relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Entende-se, que das possibilidades ainda que vantajosas do REFIS/PERT, falta maiores legislações que regulem tais parcelamentos. Ainda que estes óbices tributários se preencham como requisitos da Recuperação Judicial e podem impactar profanamente sobre a estabilidade da sociedade empresária contribuinte.

4 A RECUPERAÇÃO JUDICIAL E A EXIGÊNCIA TRIBUTÁRIA

Diferentemente de como previa o Decreto de Lei 7.661 de 1945, a Lei 11.101/2005, conforme já discorrido ao longo do presente trabalho, ampliou os leques de opções para a liquidação das dívidas por parte dos credores, sendo possível desde renegociações, execuções dos títulos de crédito, a Recuperação Judicial e processo falimentar. Para tanto o enfoque social, é que a empresa devedora possa continuar a manutenção de empregos e criação de riquezas, sendo tais atividades de suma importância para o Estado.

Variados são os fatores positivos da implementação desta lei, como por exemplo a recuperação de pequenas e microempresas, podendo ser pago todas as dívidas adquiridas em parcelas de até 36 meses e ainda constando prazo de carência, além da taxa de juros e correções, que para quem está com dificuldades é uma boa opção.

Já em contrapartida, alguns problemas aparecem com o advento da nova lei, critica-se a apresentação ao magistrado no plano de Recuperação Judicial a quitação das dívidas fiscais. O conflito decorrente da incompatibilidade do instituto da Recuperação frente as exigências tributárias será devidamente aprofundado no presente capítulo.

4.1 A Recuperação judicial frente os débitos tributários

A saúde financeira de uma empresa depende de diversos fatores, dentre eles o equilíbrio entre os investimentos, as despesas e os recebimentos. Esse equilíbrio muitas vezes é abalado por fatores internos e externos, como decisões equivocadas, instabilidade econômica, ou mesmo a inadimplência por parte de seus clientes. A situação financeira negativa de uma empresa, faz com a mesma não consiga cumprir com suas obrigações, frente aos fornecedores, colaboradores e até mesmo o Estado.

Para que tal situação venha a ser regularizada o gestor dispõe de diversas opções, dentre elas o ingresso do processo de recuperação judicial. Para a empresa é de suma importância essa regularidade, uma vez que tais circunstâncias vir a inviabilizar sua atividade fim pela restrição de crédito ou mesmo o aumento dos débitos e bloqueios de bens. Quanto antes a circunstância seja regularizada, melhor

para a própria empresa, sendo portanto elencado como prioridade a resolução do problema para que as ações futuras sejam direcionadas conforme a solução acordada.

O processo de recuperação judicial, mostra perante aos credores uma garantia a mais de recebimentos dos créditos, pois é exposto todo um plano que realmente comprove que a empresa possa se estabilizar financeiramente, aprovado o plano de recuperação judicial, conforme a redação do artigo 57 da Lei 11.101/2005, é necessário a apresentação da certidão negativa de débitos tributários:

Art. 57. Após a juntada aos autos do plano aprovado pela assembléia-geral de credores ou decorrido o prazo previsto no art. 55 desta Lei sem objeção de credores, o devedor apresentará certidão negativa de débitos tributários nos termos dos arts. 151, 205, 206 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

Conforme já discorrido no segundo capítulo, a certidão negativa de débitos tributários é um documento comprobatório da regularidade da empresa frente a Fazenda Pública. Essa regularidade pode-se dar pela não existência de débitos (certidão negativa de débitos) ou pelo regular parcelamento de eventuais débitos (certidão positiva com efeito de negativa de débitos).

Neste sentido, para Tessari e Allegretti (2017, p.165):

Dentro dessa conjuntura, é fato comum e notório que as empresas que atravessam dificuldades financeiras, e lançam mão do instituto da recuperação judicial, via de regra, também estão acometidas de problemas oriundos de natureza fiscal decorrentes da altíssima carga tributária existente em nosso país.

Nesta mesma linha, Tomazette (2014, p. 95), cita a contradição na necessidade de apresentação de tais Certidões:

Pela burocracia reinante no nosso sistema, em diversas situações o sujeito precisa apresentar certidões negativas de débitos tributários ou ao menos certidões positivas com efeitos de negativas. Tal exigência é feita, por exemplo, para alienação de certos bens. Ora, é notório que os devedores em crise costumam possuir tributos em atraso e, por isso, não possuem tais certidões. Manter a exigência das certidões para exercício regular da atividade seria inviabilizar a continuação e, conseqüentemente, a recuperação da empresa. Portanto, nada mais óbvio do que determinar essa dispensa desde a decisão de processamento, permitindo, por exemplo, que o devedor aliene imóveis se apresentar certidões negativas de débitos tributários.

É concebido pelo art. 52 da Lei 11.101/05 em seu inciso II, que poderá após o deferimento da recuperação, ser dispensado a apresentação de certidões negativas para exercendo de sua atividades, exceto para novas contratações provenientes do Poder Público ou para benefícios fiscais, preservando a empresa. Este artigo é na dispensa para futuras negociações, não dispensando-a das dívidas fiscais já contraídas.

Das dívidas fiscais já contraídas e com o intuito de que as empresas devedoras voltem a se estabilizar financeiramente e conseqüentemente a gerar a economia, é permitido pelo Judiciário a suspensão da execução fiscal como requisito da Recuperação Judicial com a apresentação da Certidão Negativa de Débitos. Conforme a previsão legal na Lei 11.101/05 em seu artigo 57, a Certidão Negativa de Débitos Tributários é um dos requisitos que antecede a concessão do deferimento da Recuperação Judicial.

O primeiro ponto a se destacar frente ao conflito ao processo de recuperação judicial e a regularidade fiscal repousa justamente nesse requisito. Sendo do interesse do Estado a quitação dos valores tributários, entende-se como melhor opção o processo de Recuperação Judicial, uma vez que se a empresa devedora vier a falir, todos os créditos tributários só serão pagos após os trabalhistas e de outros credores, conforme é trazido na redação do caput do Art. 186 do Código Tributário Nacional: “O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho”.

O Código Tributário Nacional (CTN) é enfático quanto a cobrança dos tributos e como ele não deve ser confundido como outros créditos no processo de recuperação com fulcro no art. 187: “A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento”.

A redação deixa claro que o crédito tributário não é sujeito de recuperação judicial, em contra partida fica-se contraditório da Lei 11.101/05, pois em seu art. 49 afirma que os créditos estão sujeitos ao processo de Recuperação Judicial, não especificando sobre os créditos tributários, causando um contrassenso das legislações quanto ao crédito tributário.

Assim, como se percebe, apesar do Estado ter interesse na manutenção da empresa e ao mesmo tempo almeja o recebimento dos tributos, não há na

normatização dispositivo que permita diretamente a inclusão do crédito tributário na recuperação judicial. Pelo contrário, o que se observa é a exigência de regularização fiscal antes de qualquer outro procedimento a que se refere ao processo de recuperação judicial.

Para que possa ser concedido o plano de recuperação judicial para a Assembleia de Credores, a empresa que desejar se recuperar precisa apresentar esta quitação de Débitos. O CTN, ainda reforça a ideia de que só pode ser concedido a recuperação judicial com a liquidação dos tributos, através da redação do Art. 191-A:

Art. 191-A. A concessão de recuperação judicial **depende da apresentação da prova de quitação de todos os tributos**, observado o disposto nos arts. 151, 205 e 206 desta Lei (Grifei).

A apresentação de soluções que voltem a ter uma vida financeira saudável e ao mesmo satisfazer os seus credores, são preenchidos somente com a apresentação desta Certidão, pois comprova que a empresa devedora ainda que esteja passando por dificuldade de cumprir com suas obrigações, acertou as suas tributações. Se propõe então que a empresa devedora deva elaborar um plano de recuperação, com o intuito de comprovar que suas estratégias sejam bem sucedidas se aprovado pela massa credora. Dentro dessas, pode-se comentar a diminuição de gastos mensais, venda de bens do patrimônio da empresa ou dos seus sócios. Em algumas de suas situações, empresas que buscam a Recuperação Judicial não conseguem ter condições de liquidar de uma só vez todas as suas dívidas, sendo proposto aos credores a possibilidade de parcelar as dívidas.

Por ora se entende que, se há dificuldade no pagamento das obrigações dos credores, também existe a dificuldade para os tributos. Questiona-se a ordem prioritária aos credores, pois a empresa inadimplente busca manter como proveniente de recursos para a sociedade, ao mesmo tempo que os trabalhadores buscam receber seus valores em atraso, assim como outros credores. As obrigações tributárias estabelecidas pelo Art. 57 da Lei n. 11.101/05, geram debate dessa ordem prioritária de quitar as dívidas tributárias.

Para tanto, foi feito a concessão para as empresas que parcelem seus créditos tributários com fulcro no Art. 155-A do CTN.

Art. 155-A – O parcelamento será concedido na forma e condição estabelecidas em lei específica.

(...)

§ 3º Lei específica disporá sobre as condições de parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial.

§ 4º A inexistência da lei específica a que se refere o § 3º deste artigo importa na aplicação das leis gerais de parcelamento do ente da Federação ao devedor em recuperação judicial, não podendo, neste caso, o prazo de parcelamento ser inferior ao concedido pela lei federal.

Conforme a redação do Art. 155-A, com a existência de Lei específica, é concedido o parcelamento de créditos tributários do devedor para o processo de recuperação judicial. Este contradiz o art. 68 da Lei 11.101/2005, uma vez que em sua redação traz a possibilidade de parcelamento dos tributos, em questão interpretativa deixa a entender que cabe aos órgãos públicos o poder de conceder ou não, o que não é compatível com os moldes da recuperação judicial.

Sendo portanto aberto a possibilidade de parcelamento por Lei específica, foi regulamentado desta forma em 2014, por meio do Art. 43 da Lei n.13.043, o parcelamento das dívidas fiscais no que tange ao âmbito federal.

Art. 43. A Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 10-A:

*“Art. 10-A. O empresário ou a sociedade empresária que pleitear ou tiver deferido o processamento da recuperação judicial, nos termos dos arts. 51, 52 e 70 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, **poderão parcelar seus débitos com a Fazenda Nacional, em 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais e consecutivas [...]***

A fim de evitar o prejuízo do procedimento da Recuperação Judicial e como requisito do artigo 57 da Lei 11.101/05, as dívidas fiscais de âmbito federal podem ser parceladas em até 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais e consecutivas à Fazenda Nacional pela empresa recuperada.

Assim o que se percebe é há regulamentação federal que versa sobre a recuperação judicial (Lei 11.101/05) e outra determinando o parcelamento de todos os débitos por parte da empresa (155-A do CTN), mas que atrela este a uma certidão negativa (art. 57 da Lei 11.101/05). Por seu turno, tem-se uma outra legislação federal que estabelece justamente o parcelamento de débitos para as empresas que estão em busca ou que estão realizando a recuperação judicial (Art. 43 da Lei n.13.043). Há nesse sentido um conflito normativo infraconstitucional, uma vez que inconciliáveis os dispositivos legais.

Uma vez necessário a certidão enquanto requisito mas não parte do processo de Recuperação Judicial entende-se o conflito normativo. Deve-se analisar

as leis em questão, pois o conflito impede que a sociedade empresária possa se reerguer economicamente e consiga cumprir com suas obrigações de pagar, violando o princípio da isonomia no processo de Recuperação Judicial, inclusive com o objetivo do mantimento da função social enquanto empresa.

Nessa ótica passar-se-á a verificar o entendimento doutrinário a respeito do referido do problema.

4.2 O dilema da Recuperação Judicial e do débito tributário sob a ótica da doutrina

É necessário a ótica doutrinária quanto as prerrogativas entre os princípios e fundamentos firmados no processo de recuperação judicial e do débito tributário enquanto requisito. O provimento da recuperação judicial, tem seus moldes em princípios fundamentais, podendo se destacar o princípio da livre iniciativa, razoabilidade, proporcionalidade e devido processo legal.

Entende Barroso (1996, p. 209), que o sistema brasileiro jurídico com influencia no Direito dos Estados Unidos da América, utiliza o devido processo legal, para que o Estado pudesse exercer sua função respeitando estes princípios s fundamentais, com fulcro no inciso LIV do Art. 5º da Constituição Federal de 1988.

Também se aplica os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, Luís Roberto Barroso (2010, p. 255) cita a importância destes enquanto sua finalidade e dos interesses coletivos e das garantias fundamentais.

O princípio da razoabilidade ou da proporcionalidade, no Brasil, tal como desenvolvido por parte da doutrina e, também, pela jurisprudência, inclusive do Supremo Tribunal Federal, é o produto da conjugação de ideias vindas de dois sistemas diversos: (i) da doutrina do devido processo legal substantivo do direito norte-americano, onde a matéria foi primeiramente tratada; e (ii) do princípio da proporcionalidade do direito alemão.

Para o mantimentos dos seus preceitos constitucionais, a importância da Certidão Negativa no processo de Recuperação é primordial, pois a mesma deve ser apresentada antes da aprovação do plano de recuperação, ou seja por se tratar de um requisito fora do plano de recuperação judicial e caso ela não tinha sido comprovado como requisito (art. 57 da Lei 11.101/05).

Ainda entendendo quanto aos preceitos de preservação da manutenção da máquina Pública, e da importância dos tributos para a sustentação do Estado, Mandel (2005, “A”, p. 129), faz duras críticas quanto a legislação do art. 57 da Lei 11.101/05 nas tangentes da Fazenda Pública brasileira:

Este artigo reflete a incapacidade dos legisladores de enfrentar a fúria arrecadatória da Fazenda Pública brasileira. A situação descrita é bem clara: se TODOS os credores aceitarem os termos do plano, mesmo assim ele não poderá ser aplicado, recuperando-se a empresa, se a Fazenda não concordar, mesmo não estando sujeitos ao procedimento os créditos fiscais (MANDEL, “A”, 2005, p. 129).

Para que pudesse ser concedido a Certidão Negativa de Débitos Tributários, por legislação específica e pelo CTN, abriu-se brecha para parcelamentos dos ônus tributários. Quanto ao parcelamento e seu impacto no processo de Recuperação Judicial, cita Munhoz (2007, p. 281):

Diante desse quadro, considerando as formas de parcelamento de débitos tributários atualmente em vigor, a regra constante do art. 57, por examinado, pode levar a completa inviabilização da recuperação judicial da empresa. A análise a realidade econômica brasileira demonstra que as empresas em crise financeira normalmente apresentam dívidas tributárias vultosas, sendo as obrigações tributárias, normalmente, as que em primeiro lugar deixam de ser pagas pelo devedor. Isso se explica em virtude do menor poder de constrangimento à atividade do devedor detido pelo fisco comparativamente aos demais credores. A falta de pagamento de tributos não gera para o devedor o risco de ser pedido sua falência, não leva ao risco de descontinuidade da atividade, como ocorre, por exemplo, no caso de falta de pagamentos devidos a fornecedores (matérias-primas e insumos) ou aos empregados (greve), contando o devedor, ainda, com a ineficiência e morosidade do sistema fiscal de cobrança.

Em seu artigo 6º da Lei n. 11.101/2005, é deferido a suspensão de todas as ações executórias em prazo pré-estabelecido de 180 dias. A legislação trouxe este como um período para reestruturação para que pudesse a empresa cumprir com o plano aprovado pro processo de Recuperação Judicial.

Já as execuções fiscais, em seu § 7º, não é concedido tal suspensão a menos que tenha sido parcelado pelas normativas do CTN ou de legislação específica. Contradizendo com os próprios moldes da Lei 11.101/05, uma vez que este requisito somente retrocede o processo de Recuperação.

Entende nestes moldes Purificação (2011, p. 52):

Em se tratando de execuções fiscais, essas não serão abrangidas pela prerrogativa prevista no caput deste artigo, tratando-se do processamento da recuperação judicial. Entretanto, nada obsta que o devedor

possa renegociar seus débitos junto ao Fisco, através dos variados programas de refinanciamento atualmente existentes, como é o caso do Refis, do Simples e do Super Simples, de modo a encerrar os eventuais processos de execução fiscal, existentes.

Pelo fato dos créditos tributários não serem implementados dentro do plano de recuperação judicial, sendo requisito a apresentação da Certidão Negativa antes da apresentação deste plano, é entendido que ha um privilégio aos créditos tributários perante aos outros credores. Também destaca-se que as formas de parcelamento antes do processo de Recuperação Judicial busca o recebimento da Fazenda Pública dos óbices tributários mas se ignora o quão impactante pode ser os parcelamentos no processo de Recuperação Judicial.

Entende Mandel (2005, “B”, p. 40) sobre essa diferença de tratamento aos créditos tributários quanto aos outros créditos e como estes podem refletir quanto ao processo de recuperação judicial:

Fica criada uma proteção injustificável para a Fazenda Pública, proteção essa nociva aos interesses da lei, que é a manutenção da unidade produtiva, pois na prática exclui os créditos fiscais da recuperação judicial (o que não acontece com nenhum outro credor), quando se sabe que uma das maiores causas da ruína das empresas é justamente a alta carga tributária.

[...]

O prosseguimento da execução fiscal com a penhora de bens da empresa devedora, durante o prazo de negociação do plano de recuperação com os demais credores poderá inviabilizar a recuperação (MANDEL, 2005, “B”, p. 40).

Alexandre (2014, p. 497) reforça, que o art. 6º, § 7, da Lei 11.101/05 reconhece que as execuções fiscais não se suspendem pelo processo de recuperação judicial. O Doutrinador entende que os créditos tributários são possuidores de privilégios, uma vez que não se enquadram dentro do processo de recuperação, ficando de forma autônoma, ajudando a Fazenda Pública a receber os valores tributários, porém sem pensar no impacto que este pode vir a causar na sociedade empresária.

Conforme Coelho (2013, p. 244) busca-se trazer a reflexão das consequências do Art. 57 no decorrer de todo processo da Recuperação Judicial. sabido das dificuldades encontrada pelas empresas inadimplentes em pagar as dívidas tributárias sem prejudicar todo o restante do processo de Recuperação Judicial, os tribunais tem entendido que o pagamento total dos valores tributários é inviável, impossibilitando que as empresas possam se recuperar, podendo assim, ser

concedido o parcelamento dos créditos, resultando na priorização do interesse da empresa em prol da sociedade, que é a criação e manutenção econômica.

Portanto, a legislação não confunde os créditos reais dos créditos fiscais, não havendo portanto uma unanimidade na tangente do assunto. A Lei 11.101/05 divergiu das legislações anteriores, quanto a possibilidade do processo de Recuperação Judicial porém peca na tangente dos créditos tributários, que apenas abriu possibilidade de parcelamento sem que seja analisada como reflexo deste quanto ao plano de Recuperação. Sustenta-se portanto que tais créditos possam ser regularizados com o parcelamento pelo REFIS.

Coelho (2013, p. 180) entende quanto ao parcelamento da dívida tributária para o fim de obter esta negativa:

A recuperação econômica de quem tem expressivo passivo fiscal não depende tanto do plano de recuperação judicial formulado no âmbito do processo que tramita em 38 juízo. Depende, a rigor, do deferimento de sua solicitação de parcelamento junto aos credores fiscais (Fazenda Pública e INSS). A recuperação judicial pode servir, nesse contexto, apenas como um argumento a mais para sensibilizar a autoridade competente na apreciação e decisão do pedido de parcelamento (COELHO, 2013, p. 180).

Entende-se, portanto, que a exigibilidade da certidão negativa de débito tributário quanto requisito, permitiu o nosso sistema judiciário parcelasse estes tributos. O judiciário conseguiu aceitar o REFIS como uma brecha, porém em virtude da legalidade e da isonomia, esse requisito apenas pode ser anulado mediante edição ou revogação normativa, de forma que o judiciário agiu corretamente ao tentar priorizar o princípio da livre iniciativa e da preservação da empresa em suas decisões, de forma que agora cabe ao legislativo tecer novas disposições legais acerca desse fenômeno contraditório, subsistindo a necessidade de dar novo trato a esta matéria, afim de prezar pela livre iniciativa e pela ordem econômica disciplinada pelo art. 170 da CF/88.

4.3 Casos Emblemáticos e Paradigmáticos do Conflito na Jurisprudência

A saúde financeira de uma empresa depende de diversos fatores, dentre eles o equilíbrio entre os investimentos, as despesas e os recebimentos. Esse equilíbrio muitas vezes é abalado por fatores internos e externos, como decisões equivocadas, instabilidade econômica, ou mesmo a inadimplência por parte de seus

clientes. A situação financeira negativa de uma empresa, faz com a mesma não consiga cumprir com suas obrigações, frente aos fornecedores, colaboradores e até mesmo o Estado.

Para que tal situação venha a ser regularizada o gestor dispõe de diversas opções, dentre elas o ingresso do processo de recuperação judicial. Para a empresa é de suma importância essa regularidade, uma vez que tais circunstâncias vir a inviabilizar sua atividade fim pela restrição de crédito ou mesmo o aumento dos débitos e bloqueios de bens. Quanto antes a circunstância seja regularizada, melhor para a própria empresa, sendo portanto elencado como prioridade a resolução do problema para que as ações futuras sejam direcionadas conforme a solução acordada.

O processo de recuperação judicial, mostra perante aos credores uma garantia a mais de recebimentos dos créditos, pois é exposto todo um plano que realmente comprove que a empresa possa se estabilizar financeiramente, aprovado o plano de recuperação judicial, conforme a redação do artigo 57 da Lei 11.101/200, é necessário a apresentação da certidão negativa de débitos tributários:

Conforme já discorrido no segundo capítulo, a certidão negativa de débitos tributários é um documento comprobatório da regularidade da empresa frente a Fazenda Pública. Essa regularidade pode-se dar pela não existência de débitos (certidão negativa de débitos) ou pelo regular parcelamento de eventuais débitos (certidão positiva com efeito de negativa de débitos).

Para tanto é importante destacar a postura do Superior Tribunal de Justiça, pois a ele compete o ônus de julgar em sede de recurso especial as causas decididas em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais (TRFs) e Tribunais dos Estados (TJs), do Distrito Federal (TJDF) e territórios, que contrariem lei federal, nos moldes do art. 105, III, A da CF/88, de forma que suas decisões possuem maior força vinculante e imutabilidade do que os demais acórdãos, salvo em paridade os proferidos pelo Supremo Tribunal Federal que, todavia, não possui julgados que englobem a temática em escopo.

4.3.1 ANÁLISE DE CASO 01

Para melhor compreensão dos efeitos práticos da influência da recuperação judicial em face ao processo de execução fiscal, buscou-se no âmbito do

Superior Tribunal de Justiça (STJ) as palavras-chave “execução fiscal”, “bloqueio de bens” e “recuperação judicial”, onde obteve-se 11 resultados, dos quais se extraí, para os fins deste trabalho de conclusão de curso, o que mediante análise dedutiva melhor se adequa a temática abordada.

Em 2005, o Supremo Tribunal de Justiça, se manifestou quanto a necessidade da certidão negativa enquanto requisito da Recuperação Judicial. Ficou entendido que concedido o plano de recuperação judicial, ficará suspensa as execuções fiscais, predominando quanto as normativas do art. 57 da Lei 11.101/05, suspendendo conforme a redação do art. 151 do CTN, neste sentido:

PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. **DECISÃO MONOCRÁTICA, CONFIRMADA NO JULGAMENTO DO AGRAVO INTERNO.** NULIDADE. VIOLAÇÃO DO ART. 557 DO CPC. INEXISTÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. BLOQUEIO UNIVERSAL DE BENS. ART. 185-A DO CTN. INAPLICABILIDADE EM RELAÇÃO ÀS EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXEGESE HARMÔNICA DOS ARTS. 5º E 29 DA LEI 6.830/1980 E DO ART. 6º, § 7º, DA LEI 11.101/2005.

1. Não se conhece do Recurso Especial em relação à ofensa ao art. 535 do CPC quando a parte não aponta, de forma clara, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Aplicação, por analogia, da Súmula 284/STF.

2. O STJ possui o entendimento de que eventual ofensa ao art. 557 do CPC fica superada pelo julgamento colegiado do Agravo Regimental interposto contra a decisão singular do Relator.

3. Segundo preveem o art. 6, § 7º, da Lei 11.101/2005 e os arts. 5º e 29 da Lei 6.830/1980, o deferimento da Recuperação Judicial não suspende o processamento autônomo do executivo fiscal.

4. Importa acrescentar que a medida que veio a substituir a antiga concordata constitui modalidade de renegociação exclusivamente dos débitos perante credores privados.

5. Nesse sentido, o art. 57 da Lei 11.101/2005 expressamente prevê que a apresentação da Certidão Negativa de Débitos é pressuposto para o deferimento da Recuperação Judicial - ou seja, os créditos da Fazenda Pública devem estar previamente regularizados (extintos ou com exigibilidade suspensa), justamente porque não se incluem no Plano (art. 53 da Lei 11.101/2005) a ser aprovado pela assembleia-geral de credores (da qual, registre-se, a Fazenda Pública não faz parte - art. 41 da Lei 11.101/2005).

6. Consequência do exposto é que o eventual deferimento da nova modalidade de concurso universal de credores mediante dispensa de apresentação de CND não impede o regular processamento da Execução Fiscal, com as implicações daí decorrentes (penhora de bens, etc.).

7. Não se desconhece a orientação jurisprudencial da Segunda Seção do STJ, que flexibilizou a norma dos arts. 57 e 58 da Lei 11.101/2005 para autorizar a concessão da Recuperação Judicial independentemente da apresentação da prova de regularidade fiscal.

8. Tal entendimento encontrou justificativa na demora do legislador em cumprir o disposto no art. 155-A, § 3º, do CTN - ou seja, instituir modalidade de parcelamento dos créditos fiscais específico para as empresas em Recuperação Judicial.

9. A interpretação da legislação federal não pode conduzir a resultados práticos que impliquem a supressão de norma vigente.

Assim, a melhor técnica de exegese impõe a releitura da orientação jurisprudencial adotada pela Segunda Seção, que, salvo melhor juízo, analisou o tema apenas sob o enfoque das empresas em Recuperação Judicial.

10. Dessa forma, deve-se adotar a seguinte linha de compreensão do tema: a) constatado que a concessão do Plano de Recuperação Judicial foi feita com estrita observância dos arts. 57 e 58 da Lei 11.101/2005 (ou seja, com prova de regularidade fiscal), a Execução Fiscal será suspensa em razão da presunção de que os créditos fiscais encontram-se suspensos nos termos do art. 151 do CTN; b) caso contrário, isto é, se foi deferido, no juízo competente, o Plano de Recuperação judicial sem a apresentação da CND ou CPEN, incide a regra do art. 6º, § 7º, da Lei 11.101/2005, de modo que a Execução Fiscal terá regular prosseguimento, pois não é legítimo concluir que a regularização do estabelecimento empresarial possa ser feita exclusivamente em relação aos seus credores privados, e, ainda assim, às custas dos créditos de natureza fiscal.

11. Nesta última hipótese, seja qual for a medida de constrição adotada na Execução Fiscal, será possível flexibilizá-la se, com base nas circunstâncias concretas, devidamente provadas nos autos e valoradas pelo juízo do executivo processado no rito da lei 6.830/1980, for apurada a necessidade de aplicação do princípio da menor onerosidade (art. 620 do CPC).

12. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, parcialmente provido para anular o acórdão hostilizado.

(REsp 1480559/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/02/2015, DJe 30/03/2015) (Grifei).

Neste viés, expõe-se que subsiste um entendimento firmado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ) quando a uma flexibilização do art. 57 da Lei 11.101/2005, uma vez que caracterizada a demora do legislador em disciplinar um procedimento de parcelamento específico para as empresas que se encontram em fase de recuperação judicial.

Assim, afere-se que no processo de execução fiscal, as empresas que se encontram em sede de recuperação judicial possuem trato especial afim de efetivar os princípios constitucionais e infraconstitucionais correlatos a continuidade da atividade empresarial, para suspender o processo de execução fiscal.

4.3.2 ANÁLISE DE CASO 02

Para melhor compreensão dos efeitos práticos da influência da recuperação judicial em face ao processo de execução fiscal, buscou-se no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ) as palavras-chave “Recuperação Judicial”, “Regularidade Tributária” e “Parcelamento”, onde obteve-se 4 resultados, dos quais se extraí, para os fins deste trabalho de conclusão de curso, o que mediante análise dedutiva melhor se adequa a temática abordada.

O Supremo Tribunal de Justiça entende que o contribuinte não pode ficar com ônus do processo de recuperação Judicial, devendo prevalecer o artigo 155 do CTN, podendo parcelar determinado crédito tributário suspendendo portanto a exigibilidade do tributo enquanto requisito:

DIREITO EMPRESARIAL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXIGÊNCIA DE QUE A EMPRESA RECUPERANDA COMPROVE SUA REGULARIDADE TRIBUTÁRIA. ART. 57 DA LEI N. 11.101/2005 (LRF) E ART. 191-A DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (CTN). INOPERÂNCIA DOS MENCIONADOS DISPOSITIVOS. INEXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA A DISCIPLINAR O PARCELAMENTO DA DÍVIDA FISCAL E PREVIDENCIÁRIA DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

1. O art. 47 serve como um norte a guiar a operacionalidade da recuperação judicial, sempre com vistas ao desígnio do instituto, que é "viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica".

2. O art. 57 da Lei n. 11.101/2005 e o art. 191-A do CTN devem ser interpretados à luz das novas diretrizes traçadas pelo legislador para as dívidas tributárias, com vistas, notadamente, à previsão legal de parcelamento do crédito tributário em benefício da empresa em recuperação, que é causa de suspensão da exigibilidade do tributo, nos termos do art. 151, inciso VI, do CTN.

3. O parcelamento tributário é direito da empresa em recuperação judicial que conduz a situação de regularidade fiscal, de modo que eventual descumprimento do que dispõe o art. 57 da LRF só pode ser atribuído, ao menos imediatamente e por ora, à ausência de legislação específica que discipline o parcelamento em sede de recuperação judicial, não constituindo ônus do contribuinte, enquanto se fizer inerte o legislador, a apresentação de certidões de regularidade fiscal para que lhe seja concedida a recuperação.

4. Recurso especial não provido.

RECURSO ESPECIAL Nº 1.187.404 - MT (2010/0054048-4) MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO (RECURSO ESPECIAL Nº 1.187.404 – MT) (Grifei).

Ainda que introduzido uma forma de parcelamento pela Lei 13.043/14, o STJ entende que a lei não resolve o problema quanto ao parcelamento, uma vez que conforme a legislação específica exige que o devedor deva renunciar suas ações tributárias. (nesse sentido CC 150.844 – GO, Rel. Min. Marco Buzzi, Segunda Seção).

Conforme decisão do STJ, é visto que só foi concebido o pedido pela até então falta de legislação específica, por decisão, não entende que a empresa recuperada deva ser prejudicada. Logo, após a decisão vigorada em 2014, a lei n 13.043, em seu artigo 43 e também com a possibilidade do parcelamento especial REFIS. Logo entende-se que o parcelamento de tais dívidas é contraditória entre a legislação da Recuperação Judicial uma vez que a prestação dos tributos são

condicionados. Fica vago a posição do Supremo Tribunal de Justiça quanto a aplicabilidade do requisito da Certidão Negativa de Débitos Tributários na Recuperação Judicial.

4.3.3 ANÁLISE DE CASO 03

Para melhor compreensão dos efeitos práticos da influência da recuperação judicial em face ao processo de execução fiscal, buscou-se no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ) as palavras-chave “BACENJUD”, “Execução Fiscal” e “Recuperação Judicial”, onde obteve-se 15 resultados, dos quais se extraí, para os fins deste trabalho de conclusão de curso, o que mediante análise dedutiva melhor se adequa a temática abordada.

Prevalecendo o princípio de preservação da empresa, a Colenda Corte entende que não é passível de bloqueio dos ativos financeiros das sociedades empresárias, em prol da manutenção de suas atividades econômicas e sociais, como já havia decidido o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e também o próprio Superior Tribunal de Justiça em momentos anteriores.

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. IMPOSSIBILIDADE DE BLOQUEIO DE ATIVOS FINANCEIROS DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. As Turmas que compõem a 1a. Seção do STJ, no que tange ao bloqueio de ativos financeiros de sociedade empresária em recuperação judicial por meio do sistema Bacenjud, firmaram a compreensão de que este procedimento não se mostra possível em respeito ao princípio da preservação da empresa (Aglnt no REsp. 1.607.090/PR, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 16.12.2016).

2. Agravo Interno da FAZENDA NACIONAL desprovido.

(Aglnt no AREsp 1053565/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/05/2017, DJe 11/05/2017)

Assim, afere-se que a despeito da existência de graves falhas legislativas quanto ao trato das empresas em sede de recuperação judicial, principalmente quanto aquelas que possuem débitos para com o erário, caminha a jurisprudência em um sentido pró-empresa, reconhecendo o valor social implícito a atividade empresarial, seja na geração de empregos, no fluxo de ativos, na suplantação de lacunas de mercado e nas demais benésses que em determinados casos, superam o malefício da inadimplência.

4.3.4 ANÁLISE DE CASO 04

Para melhor compreensão dos efeitos práticos da influência da recuperação judicial em face ao processo de execução fiscal, buscou-se no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ) as palavras-chave “Recuperação Judicial”, “Regularidade Tributária” e “Parcelamento”, onde obteve-se 4 resultados, dos quais se extraí, para os fins deste trabalho de conclusão de curso, o que mediante análise dedutiva melhor se adequa a temática abordada.

Em conexão a análise de caso 01, aduz-se que o entendimento predominante no STJ é o de que a certidão negativa de débito tributário como requisito no processo de Recuperação Judicial é recurso procedimental impróprio, uma vez que por muito não se existe parcelamento em leis especiais. Deve-se ser inexecuível caso não exista tal legislação específica.

DIREITO EMPRESARIAL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXIGÊNCIA DE QUE A EMPRESA RECUPERANDA COMPROVE SUA REGULARIDADE TRIBUTÁRIA. ART. 57 DA LEI N. 11.101/2005 (LRF) E ART. 191-A DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (CTN). INOPERÂNCIA DOS MENCIONADOS DISPOSITIVOS. INEXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA A DISCIPLINAR O PARCELAMENTO DA DÍVIDA FISCAL E PREVIDENCIÁRIA DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. O art. 47 serve como um norte a guiar a operacionalidade da recuperação judicial, sempre com vistas ao desígnio do instituto, que é "viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica".

2. O art. 57 da Lei n. 11.101/2005 e o art. 191-A do CTN devem ser interpretados à luz das novas diretrizes traçadas pelo legislador para as dívidas tributárias, com vistas, notadamente, à previsão legal de parcelamento do crédito tributário em benefício da empresa em recuperação, que é causa de suspensão da exigibilidade do tributo, nos termos do art. 151, inciso VI, do CTN.

3. O parcelamento tributário é direito da empresa em recuperação judicial que conduz a situação de regularidade fiscal, de modo que eventual descumprimento do que dispõe o art. 57 da LRF só pode ser atribuído, ao menos imediatamente e por ora, à ausência de legislação específica que discipline o parcelamento em sede de recuperação judicial, não constituindo ônus do contribuinte, enquanto se fizer inerte o legislador, a apresentação de certidões de regularidade fiscal para que lhe seja concedida a recuperação.

4. Recurso especial não provido.

(REsp 1187404/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/06/2013, DJe 21/08/2013).

Todavia, mesmo esta certidão sendo considerada um “recurso procedimental impróprio”, uma vez que trata-se de uma manobra processual utilizada para satisfazer um requisito intrínseco de propositura ainda não abordado por legislação ordinária, deve ser aceita em virtude da vontade do legislador em dar continuidade a atividade empresarial.

4.4 Os Novos Rumos Legislativos

Sabido das dificuldades enfrentadas e dos conflitos entre os tribunais, está em tramites o projeto de Lei Complementar (PLP) 477/18, no qual a sociedade empresária que desejar se recuperar pode ser dispensadas das certidões negativas ainda que sem legislação específica. A intenção do Senado é revogar os tributos como requisitos da Lei 11.101/05, assim, no ofício 220/2018 encaminhou o Projeto de Lei do Senado nº 285/2011, aprovado na casa, para a Câmara dos Deputados.

O projeto será analisado pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois seguirá para o Plenário da Câmara (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2018, s/p). Seu inteiro teor resta em 04 artigos, sendo que apenas os 03 primeiros tratam da temática central, assim explana-se:

Art. 1º O art. 70 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 70. – *Caput* Mantido.

§ 3º Aplica-se ao plano especial de recuperação judicial previsto nesta Seção o disposto no art. 67 desta Lei.” (NR)

Art. 2º O inciso II do art. 71 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 71. *Caput* Mantido

II – preverá parcelamento em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros equivalentes à taxa Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) ou de 12% a.a. (doze por cento ao ano) o que for mais vantajoso, e poderá conter a proposta de abatimento do valor das dívidas.

Art. 3º Revogam-se:

I – o art. 191-A da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional);

II – o art. 57 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Entende-se que uma empresa que já esteja em dificuldades financeiras, por óbvio também venham a deixar de pagar os impostos, logo este requisito prejudica que a empresa consiga se enquadrar ao plano judicial, uma vez que pequenas

empresas não possuem condições financeiras de pagar os tributos e as grandes empresas tenham outras dívidas a pagar como as trabalhistas, além dos outros credores. Portanto não é prejudicial somente ao devedor mas todos os outros credores.

Assim, afere-se que a proposta apesar de apresentar uma possível solução a causa, e de no momento ser a única em trâmite a tratar desta matéria, não é suficiente para dirimir a problemática da cobrança de dividas tributárias no processo de recuperação judicial, sendo que objetivando a manutenção e prosperidade da sociedade empresarial, a medida mais adequada seria inserir os créditos tributários anteriores a propositura da recuperação judicial, no plano de recuperação judicial, afim de que possa a empresa ter como objetivo único, no período anterior a sentença de encerramento da recuperação judicial, seu completo reestabelecimento econômico.

5. CONCLUSÃO

Com base nos entendimentos dos princípios fundamentais, doutrinários e jurisprudências apresentados neste trabalho de conclusão de curso, mostra-se que o ingresso da Lei 11.101/05 em face da concordata teve inúmeras vantagens nas tangentes do processo de recuperação judicial em prol da preservação das empresas como fim social. Denotou-se uma dissonância normativa no que tange na validação dos princípios nessa lei inseridos para com sua aplicação na recuperação judicial.

A legislação prevê os princípios, fundamentos e requisitos para a concessão da recuperação judicial. Devendo permanecer irresolutos desde o pedido inicial, até a aprovação do magistrado e da assembleia de credores.

Entende-se que ainda que seja uma legislação com uma maior complexidade em busca da preservação da sociedade empresária, a Lei 11.101/05 possui diversas falhas, principalmente as tangentes do processo de recuperação.

As suas divergências quanto a importância dos óbices tributários com o CTN, uma vez que emitido a certidão negativa de débitos tributários e não seja concedido o processo de recuperação judicial, como fica a cobrança destes tributos. Como é contraditório as decisões dos tribunais.

Evidenciou que a manutenção de uma empresa é primordial para os interesses sociais e para a manutenção do Estado, não só com a arrecadação de tributos, mas também com a geração de empregos, fluxo de ativos, produção, importação e exportação, além impulsionamento de inovações e melhora da qualidade de vida.

Tendo em vista a importância tributária tem para a máquina pública, assim como a preservação das empresas, este estudo teve como escopo expor a defasagem da legislação, afim de analisar as possibilidades de seu aprimoramento em prol da continuidade da atividade empresarial, por meio de uma análise jurídica, social e econômica dos amplos fatores que circundam este “remédio empresarial”.

Assim, se compreende que para a efetivação dos princípios constitucionais e infraconstitucionais correlatos a atividade empresarial e sua perpetuação como motor socioeconômico, se faz necessária a aprovação de uma lei que facilite o processo de recuperação judicial para evitar sua convolação em falência, sugerindo-se que em primeira instância sejam os tributos inseridos no rol de dívidas a serem negociadas no plano de recuperação judicial ou subsidiariamente, que se dê nova redação a legislação que prevê o parcelamento de dívidas tributárias, para que a mesma possa atender

às especificidades da Recuperação Judicial em amplo aspecto, sob pena de constatação prática de ineficácia das disposições correlatas a recuperação judicial, devendo-se evitar a todo custo que a mesma seja utilizada apenas como um meio de “morte lenta” da sociedade empresarial.

6. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Aloísio Pessoa de. **Análise da Nova Lei de Falências**. In: Série Pensando o Direito, nº 22, ISSN: 2175-5760, Brasília: Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, 2010. Disponível em: http://pensando.mj.gov.br/wp-content/uploads/2016/10/22pensando_direito-1.pdf. Acesso em: 26 de jun. de 2019.

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Tributário Esquemático**. 8ª ed. São Paulo: Editora Método. 2014.

BALEEIRO, Aliomar. **Direito Tributário brasileiro**. Atualizada por Misabel Abreu Machado Derzi. 12ª Ed., Rio de Janeiro: Forense, 2013.

BALEEIRO, Aliomar. **Uma introdução a ciência das finanças**. Atualização de de Dejalma de Campos. 16ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2004.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e Aplicação da Constituição**: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora. São Paulo: Saraiva, 1996.

BARREIRINHAS, Robinson Sakiyama. **Direito tributário**. In GARCIA, Wander (coord.). Super-revisão para OAB: doutrina completa. 5ª Ed. – São Paulo: Editora Foco Jurídico, 2016.

BEZERRA FILHO, Manuel J. **Lei de Recuperação de Empresas e Falência Comentada**. 6ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Empresa em Recuperação Judicial Poderá ser Dispensada de Certidão Negativa de Tributos**. In: Câmara Notícias – Economia. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ECONOMIA/561656-EMPRESA-EM-RECUPERACAO-JUDICIAL-PODERA-SER-DISPENSADA-DE-CERTIDAO-NEGATIVA-DE-TRIBUTOS.html>. Acesso em: 26 de jun. de 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 477/2018**. Inteiro Teor. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codetor=1642701&filename=PLP+477/2018. Acesso em: 26 de jun. de 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 477/2018**. Ficha de Tramitação. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2168851>. Acesso em: 26 de jun. de 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 26 de jun. de 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.105, de 16 de Março de 2016**. Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 26 de jun. de 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 5.172, de 25 de Outubro de 1996**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis a União, Estados e Municípios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm. Acesso em: 26 de jun. de 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.101, de 09 de Fevereiro de 2005**. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11101.htm. Acesso em: 26 de jun. de 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 7.661, de 21 de Junho de 1945**. Lei de Falências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del7661.htm. Acesso em: 26 de jun. de 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.522, de 19 de Julho de 2002**. Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos Créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10522compilado.htm. Acesso em: 26 de jun. de 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.496, de 24 de Outubro de 2017**. Institui o Programa de Regularização Tributária (Pert) [...]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13496.htm. Acesso em: 26 de jun. de 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.522, de 19 de Julho de 2002**. Dispõe sobre o cadastro informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10522compilado.htm. Acesso em: 26 de jun. de 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (STJ). **Recurso Especial nº 1634844/SP**. Relatório e Voto. Terceira Turma. Relator(a) Min. Ricardo Villas Bôas Cueva. Julgado em: 12 de março de 2019. Publicado em: 15 de março de 2019. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=91590894&num_registro=201600959558&data=20190315&tipo=91&formato=PDF. Acesso em: 26 de jun. de 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (STJ). **Recurso Especial nº 1480559/RS**. Relatório e Voto. Segunda Turma. Relator(a) Min. Herman Benjamin. Julgado em: 03 de fev. De 2015. Publicado em: 30 de mar. de 2015. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=43030386&num_registro=201402325017&data=20150330&tipo=51&formato=PDF. Acesso em: 26 de jun. de 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (STJ). **Recurso Especial nº 1187404/MT**. Relatório e Voto. Corte Especial. Relator(a) Min. Luis Felipe Salomão. Julgado em: 19 de jun. de 2013. Publicado em: 21 de ago. de 2013. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=25988123&num_registro=201000540484&data=20130821&tipo=91&formato=PDF. Acesso em: 26 de jun. de 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (STJ). **Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial nº 1053565/RS**. Relatório e Voto. Primeira Turma. Relator(a) Min. Napoleão Nunes Maia Filho. Julgado em: 04 de maio de 2017. Publicado em: 11 de maio de 2017. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=71053236&num_registro=201700276913&data=20170511&tipo=51&formato=PDF. Acesso em: 26 de jun. de 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (STJ). **Recurso Especial nº 1187404/MT**. Relatório e Voto. Corte Especial. Relator(a) Min. Luis Felipe Salomão. Julgado em: 19 de jun. de 2013. Publicado em: 21 de ago. de 2013. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=25988123&num_registro=201000540484&data=20130821&tipo=91&formato=PDF. Acesso em: 26 de jun. de 2019.

CARRAZZA, Roque Antonio. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. 25ª ed., rev., atual., e ampl., São Paulo: Malheiros, 2010.

CAVALLAZZI FILHO, Tullo. **Função Social da Empresa e seu Fundamento Constitucional**. Florianópolis: OAB/SC, 2006.

CHAVES JÚNIOR, José Eduardo de Resende. **Conceito de Cooperação Judicial Precisa de Upgrade**. In: Revista Consultor Jurídico, 9 nov. 2009. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2009-nov-09/conceitos-cooperacao-judicial-interna-externa-upgrade>. Acessado em: 22 ago. 2016.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Comentários à Lei de Falências e Recuperação de Empresas**. 9ª Ed., São Paulo: Saraiva, 2013.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**, Vol. 3., 15ª Ed., São Paulo: Saraiva, 2014.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial: direito de empresa**. 20ª ed., rev., e atual., São Paulo: Saraiva, 2008.

CRETELLA JUNIOR, José. **Elementos de Direito Constitucional**. 4ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

FAZZIO JR., Waldo. **Lei de falências e Concordatas comentada**. São Paulo, Atlas, 2009.

LOBO, Jorge. **Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência**. São Paulo: Saraiva. 2006.

NEGRÃO, Ricardo. **Aspectos objetivos da lei de recuperação judicial de empresas e falências**. 5º Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**, 22ª ed., São Paulo: Malheiros, 2003.

MACHADO, Rubens Aprobato. **Comentários à nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas: doutrina e prática**. 1ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

MANDEL, Julio Kahan. "A". **Das disposições comuns**. In: PAIVA, Luiz Fernando Valente. (org.) **Direito falimentar e a nova lei de falências e recuperação judicial**. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

MANDEL, Julio Kahan. "B". **A nova Lei de Falências e de Recuperações de Empresas anotada**. 1. Ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

MAMEDE, Gladston. **Falência e Recuperação de Empresas**, 5ª edição. São Paulo: Atlas S.A., 2017.

MEIRA, Kleber. **Da Recuperação Judicial**. Teresina: Editora Jus Navigandi, 2015. Disponível em: <https://klebermeira10.jusbrasil.com.br/artigos/252320976/da-recuperao-judicial>. Acesso em: 26 de jun. de 2019.

MOREIRA, Alberto Camiña. **Abuso do credor e do devedor na recuperação judicial**. In: Dez anos da Lei nº 11.101/05. São Paulo: Almedina, 2015.

MUNHOZ, Eduardo Secchi. **Comentários ao Art. 57**. In: SOUZA JÚNIOR, Francisco Satiro; PITOMBO, Antônio Sérgio A. De Moraes. (Coord). **Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência**. 2ª Ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

PAULSEN, Leandro. **Curso de direito tributário: completo**. 7ª Ed. rev., atual., e ampl., Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado, 2015.

PERIN JÚNIOR. Écio. **Preservação da empresa na Lei de Falências**. São Paulo: Saraiva, 2009.

PURIFICAÇÃO, Carlos Alberto. **Recuperação de Empresa e Falência Comentada**. São Paulo: Atlas, 2011.

ROSSO, Paulo Sérgio. **Tributação e solidariedade no Estado brasileiro**. In: Revista Tributária e de Finanças Públicas, Ano 17, n. 85, pp. 259-272, mar./abr. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

STAJN, Raquel. **Comentários aos artigos 47 a 54**. In: SOUZA JUNIOR, Francisco Satiro de; PITOMBO, Sérgio de Moraes (Coord.). **Comentários à Lei de Recuperação de Empresas**. 1ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

TESSARI, C; ALLEGRETTI, E.A. **Crítica à Utilização do Instituto da Recuperação Judicial para Cobrança de Créditos Tributário**. In: Revista de Direito Tributário Contemporâneo, Vol. 8., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de Direito Empresarial**, Vol. 3., 3ª Ed., São Paulo: Saraiva, 2014.

VIDO, Elisabete. **Prática Empresarial**. 5ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

World Bank Group. **Principles for Effective Insolvency and Creditor/Debtor Regimes**. Washington: The World bank, 2016. Disponível em: <http://pubdocs.worldbank.org/en/919511468425523509/ICR-Principles-Insolvency-Creditor-Debtor-Regimes-2016.pdf>. Acesso em: 26 de jun. de 2019.

YAMADA, Camila Barboza. **Recuperação judicial com base em plano especial para as microempresas e empresas de pequeno porte**: alterações promovidas pela lei complementar 147/2014. In: Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 20, n. 4388, 7 jul. Teresina: Editora Jus Navigandi, 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/40490/recuperacao-judicial-com-base-em-plano-especial-para-as-microempresas-e-empresas-de-pequeno-porte-alteracoes-promovidas-pela-lei-complementar-147-2014>. Acesso em: 21 outubro de 2018.